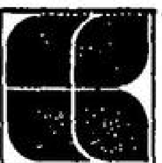
Coleção
PERSPECTIVAS DO HOMEM
Volume 35
Série Política

ANTONIO GRAMSCI

Maquiavel, a Política e o Estado Moderno

5.ª edição

Tradução de
LUIZ MÁRIO GAZZANEO



civilização brasileira

I

O Moderno Príncipe

Notas sôbre a política de Maquiavel. O caráter fundamental do *Príncipe* consiste em que ele não é um trabalho sistemático, mas um livro "vivo" em que a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do "mito". Entre a utopia e o tratado escolástico, as formas através das quais se configurava a ciência política até Maquiavel, este deu à sua concepção a forma fantástica e artística, pela qual o elemento doutrinal e racional incorpora-se num *condottiero*, que representa plasticamente e "antropomorficamente" o símbolo da "vontade coletiva". O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de disquisições e classificações pedantescas de

princípios e critérios, de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, tudo o que faz trabalhar a fantasia artística de quem se quer convencer e dar forma mais concreta às paixões políticas.[1]

O *Príncipe* de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do "mito" soreliano, isto é, de uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva. O caráter utópico do *Príncipe* consiste em que o Príncipe não existia na realidade histórica, não se apresentava ao povo italiano com características de imediatismo objetivo, mas era uma pura abstração doutrinária, o símbolo do chefe, do *condottiero* ideal; mas os elementos passionais, míticos, contidos em todo o livro, com ação dramática de grande efeito, juntam-se e tornam-se reais na conclusão, na invocação de um príncipe "realmente existente". Em todo o livro, Maquiavel mostra como deve ser o Príncipe para levar um povo à fundação do novo Estado, e o desenvolvimento é conduzido com rigor lógico, com relevo científico; na conclusão, o próprio Maquiavel faz-se povo, confunde-se com o povo, mas não com um povo "genericamente" entendido, mas com o povo que Maquiavel convenceu com o seu desenvolvimento anterior, do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual ele sente-se identificado: parece que todo o trabalho "lógico" não passa de uma reflexão do povo, um raciocínio interior que se manifesta na consciência popular e acaba num grito apaixonado, imediato. A paixão, de raciocínio sobre si mesma, transforma-se em "afeto", febre, fanatismo de ação. Eis por que o epílogo do *Príncipe* não é qualquer coisa de extrínseco, de "impingido" de fora, de retórico, mas deve ser explicado como elemento necessário da

[1] Verificar entre os escritores políticos anteriores a Maquiavel se existem textos configurados como o *Príncipe*. Também o final do *Príncipe* está ligado a este caráter "mítico" do livro; depois de ter representado o *condottiero* ideal, Maquiavel, num trecho de grande eficácia artística, invoca o *condottiero* real que o personifique historicamente: esta invocação apaixonada reflete-se em todo o livro, conferindo-lhe exatamente o caráter dramático. Em *Prolegomeni* de L. Russo, Maquiavel é denominado o artista da política e uma vez aparece, inclusive, a expressão "mito", mas não precisamente com o sentido acima indicado.

obra, mais ainda, como aquele elemento que lança a sua verdadeira luz sobre toda a obra e faz dela um "manifesto político".

Pode-se estudar como Sorel, a partir da concepção da ideologia-mito, não tenha alcançado a compreensão do partido político, ficando apenas na concepção do sindicato profissional. Na verdade, para Sorel o "mito" não encontrava a sua expressão maior no sindicato como organização de uma vontade coletiva, mas na ação prática do sindicato e de uma vontade coletiva já atuante, ação prática cuja maior realização deveria ser a greve geral, isto é, uma "atividade passiva", por assim dizer, de caráter negativo e preliminar (o caráter positivo só é dado pelo acordo alcançado nas vontades associadas), uma atividade que não prevê uma fase própria "ativa e construtiva". Em Sorel, portanto, chocavam-se duas necessidades: a do mito e a da crítica do mito, na medida em que "cada plano preestabelecido é utópico e reacionário". A solução era abandonada ao impulso do irracional, do "arbitrário" (no sentido bergsoniano de "impulso vital"), da "espontaneidade".[1]

Mas, pode um mito ser "não-construtivo", pode-se imaginar, na ordem de intuições de Sorel, que seja efetivamente produtivo um instrumento que deixa a vontade coletiva na sua fase primitiva e elementar de mera formação, por distinção (por "cisão"), embora com violência, isto é, destruindo as relações morais e jurídicas existentes? Mas esta vontade coletiva, assim formada elementarmente, não deixará imediatamente de existir, pulverizando-se numa infinidade de vontades individuais, que em virtude da fase positiva seguem direções diversas e contrastantes? Além do que, não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido

[1] Nota-se aqui uma contradição implícita do modo com o qual Croce apresenta o seu problema de História e anti-História com outros modos de pensar de Croce: a sua aversão pelos "partidos políticos" e o seu modo de apresentar a questão da "previsibilidade" dos fatos sociais (cf. *Conversazioni critiche*, primeira série, págs. 150-152, recensão do livro de Ludovico Limentani, *La previsione dei fatti sociali*, Turim, Bocca, 1907): se os fatos sociais são imprevisíveis e o próprio conceito de previsão é um puro som, o irracional não pode deixar de dominar, e cada organização de homens é anti-histórica, é um "preconceito"; só resta resolver um a um, e com critérios imediatos, os problemas práticos colocados pelo desenvolvimento histórico. (Cf. o artigo de Croce, *Il partito come giudizio e come pregiudizio*, em *Cultura e vita morale*.) Assim, o oportunismo torna-se a única linha possível.

"metafísico", mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido. Neste caso, supõe-se por trás da espontaneidade um puro mecanicismo, por trás da liberdade (arbítrio-impulso vital) um máximo de determinismo, por trás do idealismo um materialismo absoluto.

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. No mundo moderno, só uma ação histórico-política imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode-se encarnar miticamente num indivíduo concreto; a rapidez só pode tornar-se necessária em virtude de um grande perigo iminente, grande perigo que efetivamente leve a um despertar fulminante das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter "carismático" do *condottiero* (o que ocorreu na aventura de Boulanger). Mas uma ação imediata de tal gênero não pode ser, pela sua própria natureza, ampla e de caráter orgânico: será quase sempre de tipo restauração e reorganização, e não de tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas nacionais e sociais (como no caso do *Príncipe* de Maquiavel, em que o aspecto de restauração era só um elemento retórico, isto é, ligado ao conceito literário da Itália descendente de Roma, que devia restaurar a ordem e a potência de Roma)[1]. Será de tipo "defensivo", e não criador original, em que se supõe que uma vontade coletiva já existente tenha-se enfraquecido, disseminado, sofrido um colapso perigoso e ameaçador mas não decisivo e catastrófico que torne necessário concentrá-la novamente e fortalecê-la, e não que se deva criar uma vontade coletiva *ex novo*, original, e orientá-la para metas concretas e racionais, mas de uma concreção e racionalidade ainda não verificadas e criticadas por uma experiência histórica efetiva e universalmente conhecida.

O caráter "abstrato" da concepção soreliana do "mito" deriva da aversão (que assume a forma passional de uma repulsa ética) pelos *jacobinos*, que certamente foram uma "encarnação categórica" do Príncipe de Maquiavel. O moderno *Príncipe* deve ter uma parte dedicada ao *jacobinismo* (no significado integral que esta noção teve historicamente e deve ter conceitualmente), para exemplificar como se formou concretamente e atuou uma vontade coletiva que, pelo menos por alguns aspectos, foi criação *ex novo*, original. É preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno; a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo.

Uma das primeiras partes deveria precisamente ser dedicada à "vontade coletiva", apresentando a questão deste modo: "Quando é possível dizer que existem as condições para que possa surgir e desenvolver-se uma vontade coletiva nacional-popular?" Portanto, uma análise histórica (econômica) da estrutura social de um determinado país e uma representação "dramática" das tentativas feitas através dos séculos para suscitar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos. Por que não houve a monarquia absolutista na Itália no tempo de Maquiavel? É necessário remontar ao Império Romano (questão da língua, dos intelectuais, etc.), compreender a função das comunas medievais, o significado do catolicismo, etc.; deve-se, enfim, fazer um bosquejo de toda a *história italiana*, sintético mas exato.

A razão dos sucessivos fracassos das tentativas de criar uma vontade coletiva nacional-popular deve ser procurada na existência de determinados grupos sociais que se formam a par-

1 Além do modelo exemplar dado pelas grandes monarquias absolutistas da França e da Espanha, Maquiavel foi levado à sua concepção política da *necessidade* de um Estado unitário italiano pela evocação do passado de Roma. Deve-se ressaltar, porém, que nem por isso Maquiavel deve ser confundido com a tradição literária-retórica. Inclusive porque este elemento *não é exclusivo e nem* ao menos dominante, e a necessidade de um grande Estado nacional não é deduzida dele. E também porque o próprio apelo a Roma é menos abstrato do que parece, se colocado exatamente no clima do Humanismo e do Renascimento. No Livro VII da *Arte della guerra* lê-se: "Esta província (a Itália) parece ter nascido para ressuscitar as coisas mortas, como se viu pela poesia, pela pintura e pela escultura", porque então não necessitaria a virtude militar?", etc. Reagrupar as outras citações do mesmo gênero para estabelecer o seu caráter exato.

tir da dissolução da burguesia comunal, no caráter particular de outros grupos que refletem a função internacional da Itália como sede da Igreja e depositária do Sagrado Império Romano, etc. Esta função e a posição conseqüente determinam uma situação interna que pode ser chamada "econômico-corporativa", isto é, politicamente, a pior das formas de sociedade feudal, a forma menos progressista e mais estagnante. Faltou sempre, e não podia constituir-se, uma força *jacobina* eficiente, exatamente a fôrça que nas outras nações suscitou e organizou a vontade coletiva nacional-popular e fundou os Estados modernos. Finalmente, existem as condições para esta vontade, ou seja, qual é a relação atual entre estas condições e as fôrças que se opõem a ela? Tradicionalmente, as forças oponentes foram a aristocracia latifundiária e, em geral, o latifúndio no seu conjunto, com o seu traço característico italiano: uma "burguesia rural" especial, herança de parasitismo legada aos tempos modernos pela ruína, como classe, da burguesia comunal (as cem cidades, as cidades do silêncio). As condições positivas devem ser localizadas na existência de grupos sociais urbanos convenientemente desenvolvidos no campo da produção industrial, que alcançaram um determinado nível de cultura histórico-política. A formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem *simultaneamente* na vida política. Maquiavel pretendia isto através da reforma da milícia, como os jacobinos o fizeram na Revolução Francesa. Deve-se identificar nesta compreensão um jacobinismo precoce de Maquiavel, o germe (mais ou menos fecundo) da sua concepção da revolução nacional. Toda a História, a partir de 1815, mostra o esfôrço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva deste gênero, para manter o poder "econômico-corporativo" num sistema internacional de equilíbrio passivo.

Uma parte importante do moderno Príncipe deverá ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de uma concepção do mundo. Também neste campo encontramos na tradição ausência de jacobinismo e medo do jacobinismo (a última expressão filosófica de tal medo é a atitude malthusiana de B. Croce em relação à religião). O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento

ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido do alcançar uma forma superior e total de civilização moderna.

Estes dois pontos fundamentais: formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral, deveriam constituir a estrutura do trabalho. Os pontos programáticos concretos devem ser incorporados na primeira parte, isto é, deveriam, "dramàticamente", resultar do discurso, não ser uma fria e pedante exposição de argumentos.

Pode haver reforma cultural, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? Eis por que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. E mais, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, na medida em que o seu desenvolvimento significa de fato que cada ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso; mas só na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve para acentuar o seu poder, ou contrastá-lo. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma laicização completa de toda a vida e de tôdas as relações de costume.

A ciência da política. A inovação fundamental introduzida pela filosofia da praxis na ciência da política e da História é a demonstração de que não existe uma "natureza humana" abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência); mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, isto é, um fato histórico comprovável, dentro de certos limites, através dos métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida no seu conteúdo concreto (e também na sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento. Todavia, deve-se observar que a forma dada por Maquiavel à questão da política (isto é, a afirmação impli-

cita nos seus escritos de que a política é uma atividade autônoma, com seus princípios e leis diversos daqueles da moral e da religião, proposição que tem um grande alcance filosófico, pois implicitamente inova tôda a concepção do mundo) é ainda hoje discutida e contraditada, não conseguiu tornar-se "senso comum". Qual o significado disto? Apenas que a revolução intelectual e moral, cujos elementos estão contidos *in nuce* no pensamento de Maquiavel, ainda não se efetivou, não se tornou forma pública e manifesta da cultura nacional? Ou será que só tem um mero significado político atual, serve para indicar apenas a separação existente entre governantes e governados, para indicar que existem duas culturas: a dos governantes e a dos governados; e que a classe dirigente, como a Igreja, tem uma atitude sua em relação aos simples, ditada pela necessidade de não afastar-se dêles, de um lado; e, de outro, de mantê-los na convicção de que Maquiavel nada mais é do que uma aparição diabólica?

Coloca-se, assim, o problema do significado que Maquiavel teve no seu tempo e dos fins que êle se propunha escrevendo os seus livros, especialmente o *Príncipe*. A doutrina de Maquiavel não era, no seu tempo, uma coisa puramente "livresca", um monopólio de pensadores isolados, um livro secreto que circula entre iniciados. O estilo de Maquiavel não é o de um tratadista sistemático como os tinha a Idade Média e o Humanismo, absolutamente; é estilo de homem de ação, de quem quer impulsionar a ação; é estilo de "manifesto" de partido. Certamente, a interpretação "moralística" dada por Foscolo é errada; todavia, é verdade que Maquiavel revela alguma coisa, e não só teorizou sobre o real. Mas, qual era o objetivo da revelação? Um objetivo moralístico ou político? Costuma-se dizer que as normas de Maquiavel para a atividade política "são aplicadas, mas não são ditas"; os grandes políticos — diz-se — começam maldizendo Maquiavel, declarando-se antimaquiavélicos, exatamente para poderem aplicar as suas normas "santamente". Não teria sido Maquiavel pouco maquiavélico, um daqueles que "conhecem o jôgo" e estultamente o ensinam, enquanto o maquiavelismo vulgar ensina a fazer o contrário? A afirmação de Croce de que, sendo o maquiavelismo uma ciência, serve tanto aos reacionários como aos democratas, como a arte da esgrima serve aos nobres e aos bandoleiros, para defender-se e assassinar, e que neste sentido é que se deve entender o juízo de Foscolo,

é verdadeira abstratamente. O próprio Maquiavel nota que as coisas que ele escreve são aplicadas, e foram sempre aplicadas, pelos maiores homens da História. Por isso, não parece que ele queira sugerir a quem já sabe, nem o seu estilo é aquele de uma desinteressada atividade científica; nem se pode pensar que ele tenha chegado às suas teses sobre ciência política através de especulações filosóficas, o que no caso desta particular matéria seria algo milagroso no seu tempo, já que, inclusive, hoje ela encontra tanto contraste e oposição.

Pode-se, portanto, supor que Maquiavel tem em vista "quem não sabe", que ele pretende educar politicamente "quem não sabe". Educação política não-negativa, dos que odeiam tiranos, como parecia entender Foscolo, mas positiva, de quem deve reconhecer como necessários determinados meios, mesmo se próprios dos tiranos, porque deseja determinados fins. Quem nasceu na tradição dos homens de govêrno, absorvendo todo o complexo da educação do ambiente familiar, no qual predominam os interesses dinásticos ou patrimoniais, adquire quase que automaticamente as características do político realista. Quem, portanto, "não sabe"? A classe revolucionária da época, o "povo" e a "nação" italiana, a democracia urbana que se exprime através dos Savonarola e dos Pier Soderini e não dos Castruccio e dos Valentino. Pode-se deduzir que Maquiavel pretende persuadir estas fôrças da necessidade de ter um "chefe" que saiba aquilo que quer e como obtê-lo, e de aceitá-lo com entusiasmo, mesmo se as suas ações possam estar ou parecer em contradição com a ideologia difundida na época: a religião. Esta posição política de Maquiavel repete-se na filosofia da praxis. Repete-se a necessidade de ser "antimaquiavélico", desenvolvendo uma teoria e uma técnica políticas que possam servir às duas partes em luta, embora creia-se que elas terminarão por servir especialmente à parte que "não sabia", porque nela é que se considera existir a força progressista da História. Efetivamente, obtém-se de imediato um resultado: romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem cuja ruptura a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente. O maquiavelismo serviu para melhorar a técnica política tradicional dos grupos dirigentes conservadores, assim como a política da filosofia da praxis; isto

não deve mascarar o seu caráter essencialmente revolucionário, que inclusive hoje é sentido e explica todo o antimaquiavelismo, daquele dos jesuítas àquele pietista de Paquale Villari.

A política como ciência autônoma. A questão inicial que deve ser colocada e resolvida num trabalho sôbre Maquiavel é a questão da política como ciência autônoma, isto é, do lugar que a ciência política ocupa, ou deve ocupar, numa concepção sistemática (coerente e conseqüente) do mundo, numa filosofia da praxis.

O progresso proporcionado por Croce, a êste propósito, aos estudos sôbre Maquiavel e sôbre a ciência política, consiste precìpuamente (como em outros campos da atividade crítica crociana) na dissolução de uma série de problemas falsos, inexistentes ou mal formulados. Croce baseou-se na sua distinção dos momentos do espírito e na afirmação de um momento da prática, de um espírito prático, autônomo e independente, embora ligado circularmente a toda a realidade pela dialética dos contrários. Numa filosofia da praxis, a distinção certamente não será entre os momentos do Espírito absoluto, mas entre os graus da superestrutura, tratando-se, portanto, de estabelecer a posição dialética da atividade política (e da ciência correspondente) como determinado grau superestrutural. Poder-se-á dizer, como primeiro aceno e aproximação, que a atividade política é efetivamente o primeiro momento ou primeiro grau, o momento em que a superestrutura está ainda na fase imediata de mera afirmação voluntária, indistinta e elementar.

Em que sentido pode-se identificar a política e a História e, portanto, toda a vida e a política? Como, em vista disso, todo o sistema das superestruturas pode ser concebido como distinções da política e, portanto, justifique a introdução do conceito de distinção numa filosofia da praxis? Mas, pode-se falar de dialética dos contrários? Como se pode entender o conceito de círculo entre os graus da superestrutura? Conceito de "bloco histórico", isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos.

Pode-se introduzir o critério de distinção também na estrutura? Como se deverá entender a estrutura? Como no sistema das relações sociais será possível distinguir os elementos "técnica", "trabalho", "classe", etc., entendidos historicamente,

e não "metafìsicamente"? Crítica da posição de Croce, para o qual, no final da polêmica, a estrutura torna-se um "deus ascoso", um "número" em contraposição às "aparências" da superestrutura. "Aparências" em sentido metafórico e positivo. Por que, "historicamente", e como linguagem, falou-se de "aparências"?

É interessante registrar como Croce, partindo desta concepção geral, extraiu a sua doutrina particular do erro e da origem prática do erro. Para Croce o erro tem origem numa "paixão" imediata, de caráter individual ou de grupo; mas o que produzirá a "paixão" de alcance histórico mais amplo, a paixão como "categoria"? A paixão-interesse imediato, que é origem do "erro", é o momento denominado *schmutzig-jüdisch* em *Glosse al Feuerbach*: mas como a paixão-interesse *schmutzig-jüdisch* determina o erro imediato, assim a paixão do grupo social mais vasto determina o "erro" filosófico (intermédio o erro-ideologia, que Croce trata em separado). O importante nesta série "egoísmo (erro imediato) — ideologia-filosofia" é o termo comum "erro", ligado aos diversos graus de paixão, e que deve ser entendido não no significado moralístico ou doutrinário, mas no sentido puramente "histórico" e dialético "daquilo que é historicamente caduco e digno de cair", no sentido da "não-definitividade" de cada filosofia, da "morte-vida", "ser-não-ser", isto é, do termo dialético a superar no desenvolvimento.

O termo "aparente", "aparência", significa exatamente isto, e nada mais que isto, e se justifica contra o dogmatismo: é a afirmação da caducidade de todo sistema ideológico, paralelamente à afirmação de uma validez histórica de todo sistema, e da necessidade dele. ("No terreno ideológico o homem adquire consciência das relações sociais": dizer isto não é afirmar a necessidade e a validez das "aparências"?)

A concepção de Croce da política-paixão exclui os partidos, já que não se pode pensar numa "paixão" organizada e permanente: a paixão permanente é uma condição de orgasmo e de espasmo, que determina incapacidade de execução. Exclui os partidos e exclui todo "plano" de ação concertado preventivamente. Todavia, os partidos existem, e planos de ação são elaborados, aplicados e muitas vezes realizados em medida notável: há, portanto, um "vício" na concepção de Croce. Nem é preciso dizer que, se os partidos existem, isto não tem grande

importância "teórica", já que no momento da ação o "partido" que atua não é o mesmo "partido" que existia antes. Em parte, isto pode ser verdadeiro, todavia entre os dois "partidos" as coincidências são tantas que, na realidade, pode-se dizer que se trata do mesmo organismo.

Mas a concepção, para ser válida, deveria aplicar-se também à "guerra" e, portanto, explicar a existência dos exércitos permanentes, das academias militares, dos corpos de oficiais. Também o ato da guerra é "paixão", a mais intensa e febril, é um momento da vida política, é a continuação, sob outras formas, de uma determinada política; é necessário, pois, explicar como a "paixão" pode-se tornar "dever" moral, e não dever de moral política, mas de ética.

Sôbre os "planos políticos" ligados aos partidos como formações permanentes, lembrar aquilo que Moltke dizia dos planos militares: que eles não podem ser elaborados e fixados precedentemente em todos os seus detalhes, mas só no seu núcleo e rasgo central, porque as particularidades da ação dependem, em certa medida, dos movimentos do adversário. A paixão manifesta-se exatamente nos particulares, mas não parece que o princípio de Moltke seja tal que justifique a concepção de Croce. Em qualquer caso, restaria por explicar o gênero de "paixão" do Estado-Maior que elaborou o plano fria e "desapaixonadamente".

Se o conceito crociano da paixão como momento da política choca-se com a dificuldade de explicar e justificar as formações políticas permanentes, como os partidos e mais ainda os exércitos nacionais e os Estados-Maiores, uma vez que não se pode conceber uma paixão organizada permanentemente sem que ela se torne racionalidade e reflexão ponderada, isto é, não mais paixão, a solução só pode ser encontrada na identidade entre política e economia. A política é ação permanente e dá origem a organizações permanentes, na medida em que efetivamente se identifica com a economia. Mas esta também tem sua distinção, e por isso pode-se falar separadamente de economia e de política e pode-se falar da "paixão política" como um impulso imediato à ação, que nasce no terreno "permanente e orgânico" da vida econômica, mas supera-o, fazendo entrar em jôgo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas daquelas do proveito individual, etc.

Ao lado dos méritos do moderno "maquiavelismo", derivado de Croce, deve-se assinalar também os "exageros" e os desvios a que deu lugar. Criou-se o hábito de considerar muito Maquiavel como o "político em geral", como o "cientista da política", atual em todos os tempos.

É necessário considerar mais Maquiavel como expressão necessária do seu tempo e estreitamente ligado às condições e às exigências da sua época, que resultam: 1) das lutas internas da república florentina e da estrutura particular do Estado que não sabia libertar-se dos resíduos comunais-municipais, isto é, de uma forma estorvante de feudalismo; 2) das lutas entre os Estados italianos por um equilíbrio no âmbito italiano, que era dificultado pela existência do Papado e dos outros resíduos feudais, municipalistas, da forma estatal urbana e não territorial; 3) das lutas dos Estados italianos mais ou menos solidários por um equilíbrio europeu, ou seja, das contradições entre as necessidades de um equilíbrio interno italiano e as exigências dos Estados europeus em luta pela hegemonia.

Atua sobre Maquiavel o exemplo da França e da Espanha, que alcançaram uma poderosa unidade estatal territorial; Maquiavel faz uma "comparação elítica" (para usar a expressão crociana) e deduz as regras para um Estado forte em geral e italiano em particular. Maquiavel é inteiramente um homem da sua época; e a sua ciência política representa a filosofia do seu tempo, que tende à organização das monarquias nacionais absolutistas, a forma política que permite e facilita um desenvolvimento das forças produtivas burguesas. Pode-se descobrir *in nuce* em Maquiavel a separação dos poderes e o parlamentarismo (o regime representativo): a sua ferocidade dirige-se contra os resíduos do mundo feudal, não contra as classes progressistas. O Príncipe deve acabar com a anarquia feudal; e isto é o que faz Valentino na Romanha, apoiando-se nas classes produtoras, mercadores e camponeses. Em virtude do caráter militar-ditatorial do chefe do Estado, como se requer num período de luta para a fundação e a consolidação de um novo poder, a indicação de classe contida na *Arte della guerra* deve ser entendida também para a estrutura do Estado em geral: se as classes urbanas pretendem terminar com a desordem interna e a anarquia externa devem apoiar-se nos camponeses como massa, constituindo uma força armada segura e fiel de tipo inteiramente diferente daquelas de ocasião. Pode-se dizer que a

concepção essencialmente política é de tal forma dominante em Maquiavel que o leva a cometer erros de caráter militar: ele pensa especialmente na infantaria, cujas massas podem ser arroladas com uma ação política e por isso desconhece o significado da artilharia.

Russo (em *Prolegomeni a Machiavelli*) observa justamente que a *Arte della guerra* integra o *Príncipe*, mas não extrai todas as conclusões da sua observação. Também na *Arte della guerra* Maquiavel deve ser considerado como um político que precisa ocupar-se da arte militar; o seu unilateralismo (com outras "curiosidades", como a teoria da falange, que dão lugar a fáceis chalaças como aquela mais difundida extraída de Bandello) depende do fato de que a questão técnico-militar não constitui o centro do seu interesse e do seu pensamento. Ele trata dela apenas na medida em que é necessária para a sua construção política. Mas não só a *Arte della guerra* deve ser ligada ao *Príncipe*; também *Istorie fiorentine*, que deve efetivamente servir para uma análise das condições reais italianas e européias das quais derivam as exigências imediatas contidas no *Príncipe*.

De uma concepção de Maquiavel mais aderente aos tempos deriva, subordinadamente, uma avaliação mais historicista dos chamados "antimaquiavélicos", ou, pelo menos, dos mais "ingênuos" entre eles. Na realidade, não se trata de antimaquiavélicos, mas de políticos que exprimem exigências da sua época ou de condições diversas daquelas que influíam sobre Maquiavel; a forma polêmica é puro acidente literário. O exemplo típico destes "antimaquiavélicos" parece-me Jean Bodin (1530-1596), que foi deputado dos Estados Gerais de Blois, em 1576, e levou o Terceiro Estado a recusar os subsídios solicitados para a guerra civil.[1]

Durante as guerras civis na França, Bodin é o expoente do terceiro partido, denominado dos "políticos", que defende o

[1] Obras de Bodin: *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566), onde assinala a influência do clima sobre a forma dos Estados, acena para uma idéia de progresso, etc.; *République* (1576), onde exprime as opiniões do Terceiro Estado sobre a monarquia absoluta e as suas relações com o povo; *Heptaplomeres* (inédito até a época moderna), em que examina todas as religiões e justifica-as como expressões diversas das religiões naturais, as únicas razoáveis, e todas igualmente dignas de respeito e de tolerância.

ponto de vista do interesse nacional, de um equilíbrio interno das classes, de modo que a hegemonia pertença ao Terceiro Estado através do monarca. Parece-me evidente que classificar Bodin entre os "antimaquiavélicos" seja questão absolutamente extrínseca e superficial. Bodin funda a ciência política na França num terreno muito mais avançado e complexo do que aquele oferecido pela Itália a Maquiavel. Para Bodin, não se trata de fundar o Estado unitário-territorial (nacional), isto é, de retornar à época de Luís XI, mas de equilibrar as forças sociais em luta dentro desse Estado já forte e enraizado; não é o momento da força que interessa a Bodin, mas o do consenso. A monarquia absolutista tende a se desenvolver com Bodin: o Terceiro Estado tem tal consciência da sua força e da sua dignidade, sabe tão bem que a sorte da monarquia absoluta está ligada à sua própria sorte e ao seu próprio desenvolvimento, que *impõe condições para o seu consentimento*, apresenta exigências, tende a limitar o absolutismo. Na França, Maquiavel já servia à reação, pois podia ser utilizado para justificar que se mantivesse o mundo no "berço" (segundo a expressão de Bertrando Spaventa); portanto, era necessário ser "polemicamente" antimaquiavélico.

Deve-se notar que na Itália estudada por Maquiavel não existiam instituições representativas já desenvolvidas e significativas para a vida nacional como as dos Estados Gerais na França. Quando, modernamente, se observa, de modo tendencioso, que as instituições parlamentares na Itália foram importadas do exterior, não se leva em conta que isto reflete apenas uma condição de atraso e estagnação da história política e social italiana de 1 500 a 1 700; condição que se devia em grande parte à predominância das relações internacionais sobre as relações internas, paralisadas e entorpecidas. O fato de que a estrutura estatal italiana, em virtude da predominância estrangeira, tenha permanecido na fase semifeudal de um objeto de *suzeraineté* estrangeira, seria talvez "originalidade" nacional destruída pela importação das formas parlamentares que, ao contrário dão uma forma ao processo de libertação nacional? E à passagem ao Estado territorial moderno (independente e nacional)? No mais, especialmente no Sul e na Sicília, existiram instituições representativas, mas com caráter muito mais restrito do que na França, em virtude do pequeno desenvolvimento do Terceiro Estado nestas regiões. Isto levava a que os Parlamen-

tos fossem utilizados como instrumentos para manter a anarquia dos barões contra as tentativas inovadoras da monarquia, a qual devia apoiar-se nos "maltrapilhos", na ausência de uma burguesia.[1] É compreensível que o programa e a tendência a ligar a cidade ao campo pudessem ter apenas uma expressão militar, sabendo-se que o jacobinismo francês seria inexplicável sem o pressuposto da cultura fisiocrática, com a sua demonstração da importância econômica e cultural do agricultor. As teorias econômicas de Maquiavel foram estudadas por Gino Arias (em *Annali d'Economia* da Universidade Bocconi), mas é preciso verificar se Maquiavel teve teorias econômicas. Trata-se de ver se a linguagem essencialmente política de Maquiavel pode ser traduzida em termos econômicos, e a qual sistema econômico pode ser reduzida. Ver se Maquiavel, que viveu no período mercantilista, politicamente precedeu os tempos e antecipou algumas exigências que posteriormente encontraram sua expressão nos fisiocratas.[2]

Elementos de política. Deve-se dizer que os primeiros elementos a serem esquecidos foram exatamente os primeiros elementos, as coisas mais elementares; estas, por outro lado, repetindo-se infinitas vezes, transformam-se nos pilares da política e de qualquer ação coletiva.

Primeiro elemento é a existência real de governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência e arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irreduzível (em certas condições gerais). As origens deste fato constituem um problema em si, que deverá ser estudado em si (pelo menos poder-se-á e dever-se-á estudar como atenuar e eliminar o fato, modificando certas condições identificáveis como atuantes neste sentido), mas permanece o fato de que existem dirigentes e dirigidos, governantes e governados. Em virtude disto, resta ver a possibilidade de como dirigir do modo mais eficaz (dados certos fins), de como preparar da melhor maneira os dirigentes (e nisto precisamente consiste a primeira seção da ciência e arte políticas), e como, de outro lado, identificar as linhas de menor resistência ou racionais para alcançar a obediência dos dirigidos ou governados. Ao formar-se o dirigente, é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições? Entretanto, deve-se ver claramente que a divisão entre governados e governantes, embora, em última análise, refira-se a uma divisão de grupos sociais, todavia existe, em virtude da forma como as coisas são, também no seio do mesmo grupo, inclusive socialmente homogêneo; pode-se dizer, em certo sentido, que esta divisão é uma criação da divisão do trabalho, é um fato técnico. Especulam sobre esta coexistência de motivos todos os que vêem em tudo apenas "técnica", necessidade "técnica", etc., para não propor-se o problema fundamental.

Dado que no mesmo grupo existe a divisão entre governantes e governados, é necessário fixar alguns princípios inderrogáveis. Exatamente neste terreno ocorrem os "erros" mais graves, isto é, manifestam-se as incapacidades mais criminosas, mais difíceis de endireitar. Crê-se que, estabelecido o princípio do mesmo grupo, a obediência deva ser automática, deva ocorrer sem necessidade não só de uma demonstração de "necessidade" e racionalidade, mas seja indiscutível (alguns pensam, e isto é o pior, que a obediência "virá" sem ser solicitada, sem que seja indicado o caminho a seguir). Assim, é difícil extirpar o *cadornismo* dos dirigentes, isto é, a convicção de que uma coisa será feita porque o dirigente considera justo e racional que ela seja feita. Se não é feita, "a culpa" é lançada sobre quem "deveria fazê-la", etc. Desse modo, torna-se difícil extir-

[1] Recordar o estudo de ANTONIO PANELLA, *Gli antimachiavellici*, publicado no *Marzocco* de 1927 (ou também em 26?, em onze artigos); observar como Panella julga Bodin em confronto com Maquiavel e como o problema do antimaquiavelismo é apresentado em geral. (Os primeiros três artigos foram publicados em 1926, os outros em 1927. — N. e I.)

[2] Rousseau teria sido possível sem a cultura fisiocrática? Não me parece justo afirmar que os fisiocratas tenham representado meros interesses agrícolas e que só com a economia clássica afirmem-se os interesses do capitalismo urbano. Os fisiocratas representam a ruptura com o mercantilismo e com o regime das corporações e constituem uma fase para se chegar à economia clássica. Mas, exatamente por isso, parece-me que eles representam uma sociedade futura muito mais complexa do que aquela contra a qual combatem e do que aquela que resulta imediatamente das suas afirmações. A sua linguagem está bastante ligada à época e exprime a contradição imediata entre cidade e campo, mas faz prever um alargamento do capitalismo na direção da agricultura. A fórmula do "deixar fazer, deixar passar", isto é, da liberdade industrial e de iniciativa, não está certamente ligada a interesses agrários.

par o hábito criminoso do desleixo em evitar os sacrifícios inúteis. Entretanto, o senso comum mostra que a maior parte dos desastres coletivos (políticos) ocorrem por não ter-se procurado evitar o sacrifício inútil, ou porque se mostrou não levar em conta o sacrifício dos outros, jogando-se com as suas vidas. Todos já ouviram oficiais que estiveram nas trincheiras contar como realmente os soldados arriscavam a vida quando era mais necessário. Mas como, ao contrário, se rebelavam quando se sentiam abandonados. Por exemplo: uma companhia era capaz de jejuar muitos dias quando sabia que os víveres não podiam chegar por motivo de força maior; mas amotinava-se se não recebesse apenas uma refeição por desleixo, burocratismo, etc.

Este princípio estende-se a todas as ações que exigem sacrifícios. Eis por que antes de tudo é sempre necessário, depois de qualquer revés, examinar as responsabilidades dos dirigentes, e isto num sentido restrito (por exemplo: uma frente é constituída de muitas seções, e cada seção tem os seus dirigentes. É possível que os responsáveis por uma derrota sejam os dirigentes de uma seção, mas trata-se de mais e de menos, porém jamais de exclusão de responsabilidades para qualquer um).

Estabelecido o princípio de que existem dirigidos e dirigentes, governantes e governados, verifica-se que os "partidos" são até agora o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção (os partidos podem-se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de "negação dos partidos"; na realidade, até os chamados "individualistas" são homens de partido, só que pretenderiam ser "chefes de partido" pela graça de Deus ou pela imbecilidade dos que os seguem).

Desenvolvimento do conceito geral contido na expressão "espírito estatal". Esta expressão tem um significado bastante preciso, historicamente determinado. Mas, surge o problema: existe algo semelhante ao que se denomina "espírito estatal" num movimento sério, que não seja a expressão arbitrária de individualismos mais ou menos justificados? Contudo, o "espírito estatal" pressupõe a continuidade, tanto no que se refere ao passado, à tradição, como no que se refere ao futuro. Isto é: pressupõe cada ato como o momento de um processo complexo, já iniciado e que continuará. A responsabilidade deste processo, de ser ator deste processo, a solidariedade para com forças materialmente "ignotas", mas que apesar disso revelam-se operantes e ativas e que são levadas em conta como se fossem "materiais" e presentes corporalmente, é o que se denomina exatamente, em certos casos, "espírito estatal". É evidente que tal consciência do "tempo" deve ser concreta, e não abstrata, em certo sentido, não deve ultrapassar determinados limites. Admitamos que os limites mais estreitos sejam uma geração precedente e uma geração futura, o que não é pouco, pois as gerações serão avaliadas, não a contar de trinta anos antes e trinta anos depois de hoje, mas orgânicamente, em sentido histórico, o que em relação ao passado, pelo menos, é fácil de compreender. Sentimo-nos solidários com os homens que hoje são velhíssimos e que para nós representam o "passado" que ainda vive entre nós, que deve ser conhecido e examinado, pois é ele um dos elementos do presente e das premissas do futuro; e com as crianças, com as gerações que estão nascendo e crescendo, pelas quais somos responsáveis. (É outro o "culto" da "tradição", que tem um valor tendencioso, implica uma opção e um objetivo determinado, baseia-se numa ideologia.) Mas, se se pode afirmar que um "espírito estatal" assim compreendido está em tudo, é necessário lutar permanentemente contra deformações ou desvios que nele se manifestam.

O "gesto pelo gesto", a luta pela luta, etc., e especialmente o individualismo estreito e mesquinho, que não passa de uma satisfação caprichosa de impulsos momentâneos, etc. (Na realidade, o ponto é sempre aquele do "apoliticismo" italiano, que assume estas várias formas pitorescas e bizarras.) O individualismo é apenas apoliticismo animalesco, o sectarismo é "apoliticismo". Efetivamente, se se observar bem, o sectarismo é uma forma de "clientela" pessoal na medida em que está ausente o espírito de partido, elemento fundamental do "espírito estatal". Demonstrar que o espírito de partido é o elemento fundamental do espírito estatal é um dos argumentos mais elevados a serem sustentados, e da maior importância; vice-versa, o "individualismo" é um elemento animalesco, "apreciado pelos forasteiros", como os atos dos habitantes de um jardim zoológico.

O partido político. Afirmou-se que o protagonista do novo Príncipe não poderia ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político. Isto é: sempre e nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente destinado a este fim) fundar um novo tipo de Estado.

É necessário observar como nos regimes totalitários a função tradicional do instituto da Coroa é, na realidade, absorvida por um determinado partido, que é totalitário exatamente porque assume tal função. Embora cada partido seja a expressão de um grupo social e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos. A fórmula constitucional do rei ou do presidente da república que "reina mas não governa" é a fórmula jurídica que exprime esta função de arbitragem e a preocupação dos partidos constitucionais de não "descobrir" a coroa ou presidente; as fórmulas sobre a não-responsabilidade para os atos governamentais do chefe de Estado, mas sobre a responsabilidade ministerial, são a casuística do princípio geral de tutela da concepção da unidade estatal e do consentimento dos governados à ação estatal, qualquer que seja o pessoal imediato do governo e o seu partido.

No caso do partido totalitário, estas fórmulas perdem o seu significado, levando à minimização do papel das instituições que funcionavam segundo as referidas fórmulas; mas a própria função é incorporada pelo partido, que exaltará o conceito abstrato de "Estado" e procurará de várias maneiras dar a impressão de que a função de "força imparcial" continua ativa e eficaz.

Será necessária a ação política (no sentido estrito) para que se possa falar de "partido político"? Observa-se que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais se dividiram, por necessidade de luta ou por qualquer outra razão, em frações que assumiram o nome de "partido" e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence

a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles "partidos", "frações de partido" ou "funções de um determinado partido". Veja-se a função do *Times* na Inglaterra, a que teve o *Corriere della Sera* na Itália, e também a função da chamada "imprensa de informação", supostamente "apolítica", e até a função da imprensa esportiva e da imprensa técnica. De resto, o fenômeno apresenta aspectos interessantes nos países onde existe um partido único e totalitário de governo; pois tal partido não desempenha mais funções simplesmente políticas, mas só técnicas, de propaganda, de polícia, de influência moral e cultural. A função política é indireta, pois se não existem outros partidos legais, existem sempre outros partidos de fato e tendências legalmente incoercíveis, contra os quais a polêmica e a luta é travada como se num jogo de cabra-cega. De qualquer modo, é certo que em tais partidos as funções culturais predominam, dando lugar a uma linguagem política de jargão: isto é, as questões políticas revestem-se de formas culturais e como tal se tornam insolúveis.

Mas um partido tradicional tem um caráter essencial "indireto": apresenta-se explicitamente como puramente "educativo" (*lucus*, etc.), moralista, de cultura (*sic*). É o movimento libertário. Inclusive a chamada ação direta (terrorista) é concebida como "propaganda" através do exemplo. A partir daí é possível ainda reforçar a opinião de que o movimento libertário não é autônomo, mas vive à margem dos outros partidos, "para educá-los". Pode-se falar de um "libertarismo" inerente a cada partido orgânico. (O que são os "libertários intelectuais ou cerebrais" se não um aspecto desse "marginalismo" em relação aos grandes partidos dos grupos sociais dominantes?) A própria "seita dos economistas" era um aspecto histórico deste fenômeno.

Portanto, apresentam-se duas formas de "partido" que, como tal, ao que parece, fazem abstração da ação política imediata: o partido constituído por uma *élite* de homens de cultura, que têm a função de dirigir do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (na realidade, frações de um mesmo partido orgânico); e, no período

mais recente, o partido de não-*élite*, mas de massas, que como massas não têm outra função política que a de uma fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível (freqüentemente o centro visível é o mecanismo de comando de forças que não desejam mostrar-se à plena luz, mas apenas operar indiretamente por interposta pessoa e por "interposta ideologia"). A massa é simplesmente de "manobra" e é "conquistada" com pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de idades fabulosas, nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas.

Para se escrever a história de um partido político, é necessário enfrentar toda uma série de problemas muito menos simples do que pensa, por exemplo, Roberto Michels, considerado um especialista no assunto. O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política? Como nasce, os primeiros grupos que a constituem, as polêmicas ideológicas através das quais se elabora o seu programa e a sua concepção do mundo e da vida? Tratar-se-ia, neste caso, da história de grupos intelectuais restritos, e algumas vezes da biografia política de um indivíduo. Logo, a moldura do quadro deverá ser mais vasta e compreensiva.

Dever-se-á escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os promotores, amparou-os com a sua confiança, com a sua lealdade, com a sua disciplina, ou que os criticou "realisticamente", dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas. Mas, será esta massa constuída apenas pelos adeptos do partido? Será suficiente acompanhar os congressos, as votações, etc., isto é, todo o conjunto de atividades e de modos de existir através dos quais uma massa de partido manifesta a sua vontade? Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e setor mais avançado. Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um

partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país.

Dessa forma, chegamos à conclusão de que do modo de escrever a história de um partido resulta o conceito que se tem daquilo que é e deva ser um partido. O sectário exaltará os pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico, impregnando-o de um entusiasmo místico; o historiador, mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, acentuará sobretudo a eficiência real do partido, a sua força determinante, positiva e negativa, a sua contribuição para criar um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verifiquem.

O desejo de saber exatamente quando um partido se formou, isto é, quando assumiu uma missão precisa e permanente, dá lugar a muitas discussões e freqüentemente gera também uma forma de bazófia que não é menos ridícula e perigosa do que a "bazófia das nações", à qual Vico se refere. Na verdade, pode-se dizer que um partido jamais se completa e se forma, no sentido de que cada desenvolvimento cria novas missões e encargos e no sentido de que, para determinados partidos, é verdadeiro o paradoxo de que eles só se completam e se formam quando deixam de existir, isto é, quando a sua existência se tornou historicamente inútil. Assim, como cada partido não é mais que uma nomenclatura de classe, é evidente que, para o partido que se propõe anular a divisão em classes, a sua perfeição e acabamento consiste em não existir mais, porque já não existem classes e, portanto, a sua expressão. Mas, no caso presente, referimo-nos a um momento particular deste processo de desenvolvimento: ao momento posterior àquele em que um fato pode existir e pode não existir, no sentido de que a necessidade da sua existência ainda não se tornou "peremptória", mas depende em "grande parte" da existência de pessoas de extraordinário poder volitivo e de extraordinária vontade.

Em que momento um partido torna-se historicamente "necessário"? No momento em que as condições do seu "triunfo", da sua infalível transformação em Estado estão, pelo menos, em vias de formação e levam a prever nórmalmente o seu desenvolvimento ulterior. Mas quando é possível dizer, em tais condições, que um partido não pode ser destruído por meios

normais? Para responder a isto é necessário desenvolver um raciocínio. Para que um partido exista é obrigatória a confluência de três elementos fundamentais (três grupos de elementos):

1. Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo. Sem eles o partido não existiria, é verdade; mas também é verdade que o partido também não existiria "somente" com eles. Eles constituem uma força na medida em que existe algo que os centraliza, organiza e disciplina; mas na ausência dessa força eles se dispersariam e anulariam numa poeira impotente. Não se nega que cada um desses elementos pode-se transformar numa das forças de coesão; mas falamos deles exatamente no momento em que não o são e não estão em condições de sê-lo, e se o são é só num círculo restrito, politicamente ineficiente e inconseqüente.

2. O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e, também, talvez por isto, inventiva (se se entende "inventiva" em certo sentido, segundo determinadas linhas de força, determinadas perspectivas, e também determinadas premissas). É verdade que, só, este elemento não formaria o partido, embora servisse para formá-lo mais do que o primeiro elemento considerado. Fala-se de capitães sem exército, mas, na realidade, é mais fácil formar um exército do que capitães. Tanto isto é verdade que um exército já existente é destruído se faltam os capitães, enquanto a existência de um grupo de capitães, unidos, de acordo entre eles, com objetivos comuns, não demora a formar um exército, inclusive onde ele não existe.

3. Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só "físico", mas moral e intelectual. Na realidade, para cada partido existem "proporções definidas" entre estes elementos, e o máximo de eficiência é alcançado quando tais "proporções definidas" são realizadas.

Dadas estas considerações, pode-se dizer que um partido não pode ser destruído por meios normais quando, existindo necessariamente o segundo elemento, cujo nascimento está ligado à existência das condições materiais objetivas (e, se este

segundo elemento não existe, todo raciocínio é vazio), mesmo dispersas, os outros dois inevitavelmente devem-se formar: o primeiro, que obrigatoriamente forma o terceiro como continuação dele e seu meio de expressão.

Para que isto ocorra é preciso que se tenha criado a convicção férrea de que uma determinada solução dos problemas vitais torna-se necessária. Sem esta convicção não se formará o segundo elemento, cuja destruição é mais fácil em virtude do seu número escasso; mas é necessário que este segundo elemento, se destruído, deixe como herança um fermento a partir do qual volte a se formar. E este fermento subsistirá melhor, e ainda melhor se formará, no primeiro e no terceiro elementos, que se homogenizam mais com o segundo. Em virtude disso, a atividade do segundo elemento para constituir este elemento é fundamental. O critério para se julgar este segundo elemento deve ser procurado: 1) naquilo que realmente faz; 2) naquilo que prepara na hipótese da sua destruição. É difícil dizer qual entre os dois fatos é o mais importante. Já que na luta deve-se sempre prever a derrota, a preparação dos próprios sucessores é um elemento tão importante quanto tudo o que se faz para vencer.

A propósito da "bazófia" do partido, pode-se dizer que ela é pior do que a "bazófia das nações", à qual Vico se refere. Por quê? Porque uma nação não pode não existir, e no fato de que ela existe é sempre possível, mesmo recorrendo à boa vontade e solicitando os textos, achar que a existência é plena de destino e de significação. Um partido, ao contrário, não pode existir por força própria. *Jamais* devemos ignorar que, na luta entre as nações, cada uma delas tem interesse em que a outra se enfraqueça através das lutas internas e que os partidos são exatamente os elementos das lutas internas. Portanto, no que se refere aos partidos é sempre possível perguntar se eles existem por força própria, como necessidade intrínseca, ou se existem apenas em virtude de interesses outros (efetivamente, nas polêmicas, este ponto jamais é esquecido; ao contrário, é motivo de insistência, especialmente quando a resposta não é dúbia, o que significa que é levado em conta e suscita dúvidas). É claro que quem se deixasse torturar por essa dúvida seria um tolo. Politicamente, a questão só tem um relevo momentâneo. Na história do chamado princípio de nacionalidade, as intervenções estrangeiras a favor dos partidos nacionais que pertur-

bavam a ordem interna dos Estados antagonistas são numerosas, tanto que quando se fala, por exemplo, da política "oriental" de Cavour, pergunta-se se se tratava de uma "política", isto é, de uma linha de ação permanente, ou de um estratagema momentâneo para enfraquecer a Áustria, tendo em vista 1859 e 1866. Assim, nos movimentos mazinianos de 1870 (exemplo, o fato Barsanti) vê-se a intervenção de Bismarck que, em virtude da guerra com a França e do perigo de uma aliança ítalo-francesa, pensava enfraquecer a Itália com conflitos internos. Também nos acontecimentos de 1914, alguns vêem a intervenção do Estado-Maior austríaco, preocupado com a guerra que estava para vir. Como se vê, os casos são numerosos, e é necessário ter idéias claras a respeito. Admitindo-se que, quando se faz qualquer coisa, sempre se faz o jôgo de alguém, o importante é procurar de todos os modos fazer bem o próprio jogo, isto é, vencer completamente. De qualquer forma, é necessário desprezar a "bazófia" do partido e substituí-la por fatos concretos. Quem substitui os fatos concretos pela bazófia, ou faz a política da bazófia, deve ser indubitavelmente suspeito de pouca seriedade. Não é necessário acrescentar que, no que se refere aos partidos, é preciso evitar também a aparência "justificada" de que se esteja fazendo o jogo de alguém, especialmente se este alguém é um Estado estrangeiro; se depois ainda se especular sobre isso, ninguém pode evitá-lo.

É difícil afirmar que um partido político (dos grupos dominantes, e também de grupos subalternos) não exerce funções de polícia, isto é, de tutela de uma determinada ordem política e legal. Se isto fosse demonstrado taxativamente, a questão deveria ser colocada em outros termos: sobre os modos e as direções através dos quais se exerce essa função. O sentido é repressivo ou difusivo, isto é, reacionário ou progressista? Um determinado partido exerce a sua função de polícia para conservar uma ordem externa, extrínseca, cadeia das forças vivas da História, ou a exerce num sentido que tende a levar o povo a um novo nível de civilização, da qual a ordem política e legal é uma expressão programática? Efetivamente, uma lei encontra quem a infringe: 1) entre os elementos sociais reacionários que a lei destronou; 2) entre os elementos progressistas que a lei comprime; 3) entre os elementos que não alcançaram o nível de civilização que a lei pode representar. Portanto, a função de polícia de um partido pode ser progressista ou reacionária: progressista quando tende a manter na órbita da legalidade as forças reacionárias alijadas do poder e a elevar ao nível da nova legalidade as massas atrasadas. É *reacionária* quando tende a comprimir as forças vivas da História e a manter uma legalidade ultrapassada, anti-histórica, tornada extrínseca. De resto, o funcionamento de um determinado partido fornece critérios discriminantes: quando o partido é progressista funciona "democraticamente" (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário funciona "burocraticamente" (no sentido de um *centralismo burocrático*). No segundo caso, o partido é puro executor, não deliberante: então é tecnicamente um órgão de polícia, e o seu nome de "partido político" é uma pura metáfora de caráter mitológico.

Industriais e agricultores. Têm os grandes industriais um partido político permanente próprio? Na minha opinião, a resposta deve ser negativa. Os grandes industriais utilizam alternadamente todos os partidos existentes, mas não têm um partido próprio. Por isso eles não são *absolutamente* "agnósticos" ou "apolíticos": o seu interesse é um equilíbrio determinado, que obtêm exatamente reforçando com os seus meios, alternadamente, este ou aquele partido do tabuleiro político (à exceção, entenda-se, do único partido antagonista, cujo reforçamento não pode ser ajudado nem mesmo por manobra tática). Entretanto, se é verdade que isto ocorre na vida "normal", nos casos extremos, que afinal são aqueles que contam (como a guerra na vida nacional), o partido dos industriais é o mesmo dos agricultores, os quais, ao contrário, têm um partido permanente. Pode-se exemplificar esta nota com a Inglaterra, onde o *Partido Conservador* absorveu o Partido Liberal, tradicionalmente considerado como o partido dos industriais.

A situação inglesa, com as suas grandes *Trade Unions*, explica este fato. Na Inglaterra não existe formalmente um partido adversário dos industriais em grande estilo, é certo; mas existem as organizações operárias de massas, e viu-se como elas, nos momentos decisivos, transformaram-se constitucionalmente de baixo para cima, rompendo o invólucro burocrático (exemplos, em 1919 e 1926). Além do mais, existem estreitos interesses permanentes entre agricultores e industriais (especialmen-

te agora que o protecionismo se tornou geral, agrícola e industrial); e é inegável que os agricultores são "politicamente" muito melhor organizados do que os industriais, atraem mais os intelectuais, são mais "permanentes" nas suas diretrizes, etc. A sorte dos partidos "industriais" tradicionais, como o "liberal-radical" inglês e o radical francês (que sempre se diferenciou muito do primeiro), é interessante (da mesma forma que o "radical italiano", de boa memória). O que representavam eles? Um conjunto de classes, grandes e pequenas, e não apenas uma classe. Daí surgirem e desaparecerem freqüentemente. A massa de "manobra" era fornecida pela classe menor, que sempre se manteve em condições diversas no conjunto, até transformar-se completamente. Hoje ela fornece a massa aos "partidos demagógicos", o que se compreende.

Em geral, pode-se dizer que, nesta história dos partidos, a comparação entre os vários países é das mais instrutivas e decisivas para se localizar a origem das causas de transformação. O que vale também para as polêmicas entre os partidos dos países "tradicionais", onde estão representados "retalhos" de todo o "catálogo" histórico.

Eis um critério primordial de julgamento tanto para as concepções do mundo, como, e especialmente, para as atitudes práticas: a concepção do mundo ou o ato prático pode ser concebido "isolado", "independente" e assumindo toda a responsabilidade da vida coletiva; ou isto é impossível, e a concepção do mundo ou o ato prático pode ser concebido como "integração", aperfeiçoamento, contrapeso, etc., de outra concepção do mundo ou atitude prática. Refletindo-se, percebe-se que este critério é decisivo para um julgamento ideal sôbre os impulsos ideais e os impulsos práticos; percebe-se também que seu alcance prático não é pequeno.

Uma das criações mais comuns é aquela que acredita ser "natural" que tudo o que existe deve existir, não pode deixar de existir, e que as próprias tentativas de reforma, por pior que andem, não interromperão a vida; as forças tradicionais prosseguirão atuando, e a vida continuará. É claro que neste modo de pensar há algo de justo; e aí se não fosse assim! Entretanto, a partir de um determinado limite, êste modo de pensar torna-se perigoso (certos casos da política do pior) e, de qualquer modo, como se disse, subsiste o critério de julgamento filosófico, político e histórico. Na realidade, se se observa a fundo,

determinados movimentos concebem a si mesmos apenas como marginais: pressupõem um movimento principal no qual se inserem para reformar determinados males, pretensos ou verdadeiros; isto é, são movimentos puramente reformistas.

Este princípio tem importância política porque a verdade teórica de que cada classe possui apenas um partido é demonstrada, nos momentos decisivos, pela união em bloco de agrupamentos diversos que se apresentavam como partidos "independentes". A multiplicidade existente antes era apenas de caráter "reformista", referia-se a questões parciais. Em certo sentido, era uma divisão do trabalho político (útil nos seus limites), mas uma parte pressupunha a outra, tanto que nos momentos decisivos, quando as questões principais foram colocadas em jogo, formou-se a unidade, criou-se o bloco. Daí a conclusão de que, na construção do partido, é necessário se basear num caráter "monolítico", e não em questões secundárias: daí a necessidade de se prestar atenção à existência de homogeneidade entre dirigentes e dirigidos, entre chefes e massa. Se, nos momentos decisivos, os chefes passam ao seu "verdadeiro partido", as massas ficam desamparadas, inertes e sem eficácia. Pode-se dizer que nenhum movimento real adquire consciência da sua totalidade de um golpe, mas só por experiência sucessiva; isto é, quando percebe através dos fatos que nada do que lhe é próprio é natural (no sentido extravagante da palavra), mas existe porque surgem determinadas condições cujo desaparecimento não permanece sem conseqüências. Assim, o movimento se aperfeiçoa, perde os elementos de arbitrariedade, de "simbiose" e torna-se verdadeiramente independente na medida em que, para obter determinadas conseqüências, cria as premissas necessárias. Mais ainda, empenha tôdas as suas forças na criação dessas premissas.

Alguns aspectos teóricos e práticos do "economismo". Economismo — movimento teórico pela livre troca — sindicalismo teórico. Deve-se ver em que medida o sindicalismo teórico se originou da teoria da praxis e em que medida derivou das doutrinas econômicas da livre troca, do liberalismo. Por isso é necessário ver se o economismo, na sua forma mais acabada, não passa de uma filiação direta do liberalismo, tendo mantido, inclusive na sua origem, bem poucas relações com a filo-

sofia da praxis; relações de qualquer modo apenas extrínsecas e puramente verbais.

A partir deste ponto de vista é que se deve encarar a polêmica Einaudi-Croce,[1] sugerida pelo novo prefácio (1917) ao livro sobre o *Materialismo Storico*. A exigência, projetada por Einaudi, de levar em conta a literatura de história econômica suscitada pela economia clássica inglesa, pode ser satisfeita neste sentido: tal literatura, através de uma contaminação superficial com a filosofia da praxis, originou o economismo; por isso, quando Einaudi critica (na verdade, de modo impreciso) algumas degenerações economistas, não faz mais do que atirar pedras num pombal. O nexo entre ideologias da livre troca e sindicalismo teórico é especialmente evidente na Itália, onde é conhecida a admiração devotada a Pareto por sindicalistas como Lanzillo e C. Entretanto, o significado destas duas tendências é bastante diverso: o primeiro é próprio de um grupo social dominante e dirigente; o segundo, de um grupo ainda subalterno, que não adquiriu consciência da sua força e das suas possibilidades e modos de se desenvolver e por isso não sabe superar a fase de primitivismo.

A formulação do movimento da livre troca baseia-se num erro teórico do qual não é difícil identificar a origem prática: a distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção métodica se transforma e é apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, como na realidade fatual sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, a modificar a distribuição da renda nacional.

É diferente o caso do sindicalismo teórico, quando se refere a um grupo subalterno. Através desta teoria ele é impedido de se *tornar* dominante, de se desenvolver além da fase econômico-corporativa para alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado. No que se refere ao liberalismo, há o caso de uma fração do grupo dirigente que pretende modificar não a estrutura do Estado, mas apenas a orientação governamental; que pretende reformar a legislação comercial e só indiretamente a industrial (pois é inegável que o protecionismo, especialmente nos países de mercado pobre e restrito, limita a liberdade de iniciativa industrial e favorece o surgimento de monopólios): trata-se de rotação dos partidos dirigentes no governo, não de fundação e organização de uma nova sociedade civil. A questão apresenta-se com maior complexidade no movimento do sindicalismo teórico; é inegável que nele a independência e a autonomia do grupo subalterno que diz exprimir são sacrificadas à hegemonia intelectual do grupo dominante, pois o sindicalismo teórico não passa de um aspecto do liberalismo, justificado com algumas afirmações mutiladas, e por isso banalizadas da filosofia da praxis. Por que e como se verifica este "sacrifício"? Exclui-se a *transformação do grupo* subordinado em dominante, seja porque o problema nem ao menos é formulado (fabianismo, De Man, parte notável do laborismo), ou porque é apresentado sob formas incoerentes e ineficazes (tendências social-democratas em geral) ou porque defende-se o salto imediato do regime dos grupos ao regime da perfeita igualdade e da economia sindical.

É pelo menos estranha a atitude do economismo em relação às expressões de vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual, como se estas não fossem uma emanação orgânica de necessidades econômicas e, mais, a única expressão eficiente da economia; assim, é incoerente que a formulação concreta da questão hegemônica seja interpretada como um fato que subordina o grupo hegemônico. O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

[1] Cf. a *Riforma Sociale*, julho-agosto 1918, pág. 415. (N.e.I.)

O economismo apresenta-se sob muitas outras formas, além do liberalismo e do *sindicalismo* teórico. Pertencem a ele todas as formas de abstencionismo eleitoral (exemplo típico é o abstencionismo dos clericais italianos depois de 1870, que foi atenuando-se a partir de 1900, até 1919 e à formação do Partido Popular. A *distinção* orgânica que os clericais faziam entre Itália real e Itália legal era *uma* reprodução da distinção entre mundo econômico e mundo político-legal), que são muitas desde que se admita o semi-abstencionismo, um quarto, etc. Ao abstencionismo está ligada a fórmula do "quanto pior, melhor" e também a *fórmula* da chamada "intransigência" parlamentar de algumas frações de *deputados*. Nem sempre o economismo é contrário à ação política e ao *partido* político, considerado porém um mero organismo educador de tipo sindical. *Ponto* de referência para o estudo do economismo e para compreender as *relações* entre estrutura e superestruturas é o trecho da *Miséria da Filosofia* onde se afirma que uma fase importante no desenvolvimento de um grupo social é aquela em que os membros de um sindicato não lutam só pelos seus interesses econômicos, mas na defesa e pelo desenvolvimento da própria organização.[1] Deve-se recordar também a afirmação de Engels de que a economia só em "última *análise*" é a mola da História (nas duas cartas sobre a filosofia da praxis, publicadas *também em italiano*), a qual se liga diretamente ao trecho do prefácio à *Crítica da Economia Política*, onde se diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que *se* verificam no mundo econômico no terreno das ideologias.

[1] Ver a afirmação exata; a *Miséria da Filosofia* é um momento essencial da formação da filosofia da praxis; pode ser considerada como o desenvolvimento *das Teses sobre Feuerbach*, enquanto a *Sagrada Família* é uma fase intermediária *indistinta* e de origem ocasional, como dão a entender os trechos dedicados a Proudhon e especialmente ao materialismo francês. O trecho sobre o materialismo francês é mais um capítulo de história da cultura que *uma elaboração teórica*, como é geralmente interpretado; e como história da cultura é admirável. Recordar a observação que a crítica contida na *Miséria da Filosofia* contra Proudhon e a sua interpretação da dialética hegeliana pode *ser válida* para Gioberti e para o hegelianismo dos liberais moderados italianos em geral. O paralelo *Proudhon-Gioberti*, não obstante eles representarem fase histórico-políticas não homogêneas, mas exatamente por isto, pode *ser* interessante e fecundo.

Em várias ocasiões afirmou-se nestas notas[1] que a *filosofia da praxis* está muito mais difundida do que se pensa. A afirmação é exata *desde que* se entenda como difundido o economismo histórico, que é como o *Prof. Loria* denomina agora as suas concepções mais ou menos desconjuntadas, e *que, portanto*, o ambiente cultural modificou-se completamente desde o tempo em que a *filosofia* da praxis iniciou a sua luta; poder-se-ia dizer, com terminologia crociana, que a *maior* heresia surgida no seio da "religião da liberdade" sofreu, também ela, como a religião ortodoxa, uma degeneração. Difundiu-se como "superstição", isto é, *entrou* em combinação com o liberalismo e produziu o economismo. Embora a *religião ortodoxa* tenha se estiolado definitivamente, é preciso ver se a *superstição* herética não manteve sempre um fermento que a fará renascer como *religião superior*, se as escórias de superstição não serão facilmente liquidadas.

Alguns pontos característicos do economismo histórico: 1) na busca dos nexos históricos não se distingue aquilo que é "relativamente permanente" daquilo que é flutuação ocasional; entende-se como fato econômico o *interesse pessoal* ou de um pequeno grupo, num sentido imediato e "*sordidamente judaico*". Não se leva em conta as formações de classe econômica, com todas as relações inerentes a elas, mas assume-se o interesse mesquinho e usurário, especialmente quando coincide com formas delituosas contempladas nos códigos criminais; 2) a doutrina segundo a qual o desenvolvimento econômico é reduzido à sucessão de modificações técnicas nos instrumentos de trabalho. O Prof. Loria fez uma exposição *brilhantíssima* desta doutrina aplicada no artigo sobre a influência social do aeroplano, publicado na *Rassegna Contemporanea* de 1912; 3) a doutrina segundo a qual o desenvolvimento econômico e histórico depende imediatamente das mudanças num determinado elemento importante da produção, da descoberta de uma nova matéria-prima, de um novo combustível, etc., que trazem consigo a aplicação de novos métodos na construção e no acionamento das *máquinas*. Ultimamente apareceu toda uma literatura sobre o petróleo: pode-se considerar como típico um artigo de Antonio

[1] Veja-se Gramsci, *Il materialismo storico e la filosofia di B. Croce* (ed. brasileira, *A Concepção Dialética da História*, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Ed. Civilização Brasileira, 1966. N. do T.)

Laviosa publicado na *Nuova Antologia* de 16 de maio de 1929. A descoberta de novos combustíveis e de novas energias motrizes, assim como de novas matérias-primas, tem certamente grande importância porque pode modificar a posição dos Estados, mas não determina o movimento histórico, etc.

Muitas vezes acontece que se combate o economismo histórico pensando combater o materialismo histórico. Por exemplo, é este o caso de um artigo do *Avenir* de Paris, de 10 de outubro de 1930 (transcrito na *Rassegna Settimanale della Stampa Estera*, de 21 de outubro de 1930, págs. 2303-2304), que transcrevemos como típico: "Dizemos há muito tempo, mas *sobretudo depois da guerra*, que as questões de interesse dominam os povos e fazem o mundo avançar. Foram os marxistas que inventaram esta tese, sob o apelativo um pouco doutrinário de "*materialismo histórico*". *No marxismo puro, os homens* tomados em conjunto não obedecem às paixões, mas às necessidades econômicas. A política é uma paixão. A pátria é uma paixão. Estas duas idéias exigentes só desempenham na História uma função de aparência, porque na realidade a vida dos povos, no curso dos séculos, é explicada através de um jogo cambiante e sempre renovado de causas de ordem material. A economia é tudo. Muitos filósofos e economistas "burgueses" *retomaram* este estribilho. Eles assumem certo ar para explicar-nos através do curso do trigo, do petróleo ou da borracha, a grande política internacional. Esmeram-se em demonstrar-nos que toda a diplomacia é comandada por questões de tarifas alfandegárias e de preços de custo. Estas explicações estão muito na moda. Têm uma pequena aparência científica e procedem de uma espécie de ceticismo superior com pretensões a passar por uma elegância suprema. A paixão em política externa? O sentimento em questões nacionais? Qual o quê? Esta mercadoria é boa para a gente comum. Os grandes espíritos, os iniciados sabem que tudo é dominado pelo dar e pelo receber. Ora, esta é uma pseudoverdade absoluta. *É completamente* falso que os povos só se deixam guiar por considerações de interesse e é completamente verdadeiro que eles obedecem sobretudo a considerações ditadas por um desejo e por uma fé ardente de prestígio. Quem não compreende isto não compreende nada." A continuação do artigo (intitulado *La mania del prestigio*) exemplifica com a política alemã e italiana, que seria de "prestígio" e não ditada por interesses materiais. O artigo engloba,

em poucas linhas, uma grande parte dos elementos mais banais de polêmica contra a filosofia da praxis, mas, na realidade, a polêmica é contra o economismo desconjuntado de tipo loriano. Além do *mais, o escritor não é muito* entendido na matéria, inclusive por outros aspectos: ele não compreende que as "paixões" podem ser simplesmente um sinônimo dos interesses econômicos e que é difícil sustentar que a atividade política possa ser um estado permanente de exasperação e de espasmo; exatamente a política francesa é apresentada como de uma "racionalidade" sistemática e coerente, isto é, depurada de todos os elementos passionais, etc.

Na sua forma mais difundida de superstição economista, a filosofia da praxis perde uma grande parte da sua expansividade cultural na esfera superior do grupo intelectual, tanto quanto adquire entre as massas populares e entre os intelectuais medianos, que não pretendem cansar o cérebro, mas pretendem parecer sabidíssimos, etc. Como disse Engels, é cômodo para muitos acreditar que podem ter a baixo preço e sem nenhum esforço, ao alcance da mão, toda a História e todo o saber *político e filosófico concentrados em algumas formulazinhas*. A ignorância de que a tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias não é de caráter psicológico ou moralista, mas tem um caráter orgânico gnosiológico, criou a *forma mentis* de considerar a política e, portanto, a História, como um contínuo *marché de dupes*, um jogo de ilusionismos e de prestidigitação. A atividade "crítica" reduziu-se a revelar truques, a suscitar escândalos, a tratar das miudezas dos homens representativos.

Olvidou-se assim que, sendo ou presumindo ser, também o "economismo" um cânone objetivo de interpretação (objetivo-científico), a pesquisa no sentido dos interesses imediatos deveria ser válida para todos os aspectos da História, tanto para os homens que representam a "tese" como para aqueles que representam a "antítese". Ignorou-se ainda outra proposição da filosofia da praxis: aquela segundo a qual as "crenças populares" *ou as crenças do tipo das crenças populares* têm a validade das forças materiais. Os erros de interpretação no sentido das pesquisas dos interesses "sordidamente judaicos" foram algumas vezes grosseiros e cômicos, de modo a reagir negativamente sobre o prestígio da doutrina original. Por isso é necessário combater

o economismo não só na teoria da historiografia, mas também e especialmente na teoria e na prática políticas. Neste campo, a luta pode e deve ser conduzida desenvolvendo o conceito de hegemonia, da mesma forma como foi conduzida praticamente no desenvolvimento da teoria do partido político e no desenvolvimento prático da vida de determinados partidos políticos (a luta contra a teoria da chamada revolução permanente, à qual se contrapunha o conceito de ditadura democrático-revolucionária, a importância que teve o apoio dado às *ideologias* constituintes, etc.). *Poder-se-ia* realizar uma pesquisa sobre as opiniões emitidas à medida que se desenvolviam determinados movimentos políticos, tomando como tipo o movimento boulangista (de 1886 a 1890), o processo Dreyfus, ou então o golpe de Estado de 2 de dezembro (uma análise do livro clássico sobre o 2 de dezembro,[1] para *estudar* a importância relativa do *fator* econômico imediato e o lugar que ocupa o estudo concreto das "ideologias"). Diante destes acontecimentos, o economismo se pergunta: a quem interessa imediatamente a iniciativa em questão?, e responde com um raciocínio tão simplista quanto paralogístico. Favorece de *imediato* a uma determinada fração do grupo dominante, e, para não errar, esta escolha recai sobre aquela fração que evidentemente tem uma função progressista e de controle sobre o conjunto das forças econômicas. Pode-se estar seguro de não errar, porque necessariamente, se o movimento analisado chegar ao poder, cedo *ou* tarde a fração progressista do grupo dominante acabará controlando o novo governo e o transformará num instrumento para utilizar o aparelho estatal em seu benefício.

Trata-se, portanto, de uma infalibilidade muito grosseira que não só não tem significado teórico, mas *possui* escassíssimo alcance político e eficácia prática. No geral, só produz pregações moralistas e contendas pessoais intermináveis. Quando se verifica um movimento boulangista, a análise deveria ser conduzida realisticamente segundo esta linha: 1) conteúdo social da massa que adere ao movimento; 2) que papel desempenhava esta massa no *equilíbrio* de forças, que vai-se transformando como o novo movimento demonstra através do seu nascimento? 3) qual o significado político e social das *reivindicações* que os dirigentes *apresentam* e que logo encontram apoio? a que exigências efetivas correspondem? 4) exame da conformidade dos meios ao fim proposto; 5) só em última análise, e apresentada sob forma política e não moralista, desenha-se a *hipótese* de que tal movimento necessariamente será desnaturado e *servirá* a outros fins que não *aqueles* que as multidões de seguidores esperam. Ao contrário, esta hipótese é afirmada preventivamente, quando nenhum elemento concreto (que se apresente como tal através da evidência do senso comum, e não graças a uma análise "científica" esotérica) existe ainda para sufragá-la, de modo que ela se manifesta *como uma* acusação moralista de *dubiedade* e *má-fé*, ou de falta de sagacidade, de estupidez (para os seguidores). A luta política transforma-se, assim, numa série de choques pessoais entre os espertalhões, que guardam o diabo na ampola, e os que não são levados a sério pelos próprios dirigentes e recusam-se a se convencer em virtude da sua tolice. *Além* do mais, enquanto estes movimentos não alcançarem o poder, pode-se sempre pensar que falirão, e alguns efetivamente faliram (o próprio boulangismo, que faliu como tal e posteriormente foi esmagado pelo movimento *dreyfusard;* o movimento de George Valois e o movimento do general Gayda); logo, a pesquisa orienta-se no sentido da identificação dos elementos de fôrça, mas também dos elementos de fraqueza que eles contêm no seu interior: a hipótese "economista" afirma um elemento imediato de força, isto é, a disponibilidade de uma determinada quota financeira direta ou indireta (um grande jornal que apóie o movimento, *é também* ele uma contribuição *financeira indireta*), e basta. Muito pouco. Também neste caso a análise dos diversos graus de relação de forças só pode culminar na esfera da hegemonia e das relações ético-políticas.

Um elemento que deve ser acrescentado como exemplificação das teorias chamadas de *intransigência é* aquele referente à rígida aversão de princípio aos chamados compromissos, que têm como manifestação subordinada aquela que pode ser intitulada o "medo dos perigos". É evidente que a aversão de princípio aos compromissos está estreitamente vinculada ao economismo. Quanto à concepção sobre a qual se baseia esta aversão, ela *reside indubitavelmente* na convicção férrea de que existem leis objetivas para o desenvolvimento histórico, com o mesmo caráter das leis naturais, acrescentada da persuasão de

[1] *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, de Marx (edição brasileira, Editorial Vitória, 1961 — Marx e Engels, *Obras Escolhidas*, 1.º volume. (N. do T.)

um finalismo fatalista semelhante ao fatalismo religioso. Já que as condições favoráveis fatalmente surgirão e determinarão, de modo um tanto misterioso, acontecimentos revigorantes, não só se revelará inútil, mas danosa, qualquer iniciativa voluntária tendente a predispor estas situações segundo um plano. Ao lado destas convicções fatalistas manifesta-se a tendência a confiar "em seguida", cegamente e sem qualquer critério, na virtude reguladora das armas, o que não deixa de ter certa lógica e coerência, pois acredita-se que a intervenção da vontade é útil para a destruição, não para a reconstrução (já em processo no exato momento da destruição). A destruição é concebida mecanicamente, não como destruição-reconstrução.

Nestas maneiras de pensar não se leva em conta o fator "tempo" e, em última análise, a própria "economia" no sentido de não se compreender que os movimentos ideológicos de massa estão sempre atrasados em relação aos fenômenos econômicos de massa e de que, portanto, em determinados momentos, o impulso automático devido ao fator econômico é afrouxado, travado ou até destruído momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais; e que por isso deve haver luta consciente e determinada a fim de que se "compreenda" as exigências da posição econômica de massa que pode estar em contradição com as diretivas dos chefes tradicionais. Uma iniciativa política apropriada é sempre necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, para modificar a direção política de determinadas forças que devem ser absorvidas para criar um bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas. Já que duas forças "semelhantes" só podem fundir-se num organismo novo através de uma série de compromissos ou pela força das armas, unindo-se num plano de aliança, ou subordinando uma a outra pela coerção, a questão é saber se existe esta força e se é "proveitoso" empregá-la. Se a união de duas forças é necessária para derrotar uma terceira, o recurso às armas e à coerção (desde que haja disponibilidade) é uma pura hipótese de método, e a única possibilidade concreta é o compromisso, já que a força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmos que se quer assimilar rapidamente e do qual se requer o entusiasmo e a "boa vontade".

Previsão e perspectiva. Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da "dupla perspectiva" na ação política e na vida estatal. Vários são os graus através dos quais pode-se apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos. Mas eles podem-se reduzir teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana: da força e do consentimento, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal (da "Igreja" e do "Estado"), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. Alguns reduziram a teoria da "dupla perspectiva" a uma coisa mesquinha e banal, a nada mais que duas formas de "imediatismo" a se sucederem mecanicamente no tempo com maior ou menor "proximidade". Ao contrário, pode ocorrer que quanto mais a primeira "perspectiva" é "imediatíssima", elementaríssima, tanto mais a segunda deve ser "distante" (não no tempo, mas como relação dialética), complexa, elevada. Assim como na vida humana, em que quanto mais um indivíduo é obrigado a defender a própria existência física imediata, tanto mais se coloca ao lado e defende o ponto de vista de todos os complexos e mais elevados valores da civilização e da humanidade.

É verdade que prever significa apenas ver bem o presente e o passado como movimento: ver bem, isto é, identificar com exatidão os elementos fundamentais e permanentes do processo. Mas é absurdo pensar numa previsão puramente "objetiva". Quem prevê, na realidade tem um "programa" que quer ver triunfar, e a previsão é exatamente um elemento de tal triunfo. Isto não significa que a previsão deve ser sempre arbitrária e gratuita ou puramente tendenciosa. Ao contrário, pode-se dizer que só na medida em que o aspecto objetivo da previsão está ligado a um programa, esse aspecto adquire objetividade: 1) porque só a paixão aguça o intelecto e colabora para a intuição mais clara; 2) porque sendo a realidade o resultado de uma aplicação da vontade humana à sociedade das coisas (do maquinista à máquina), prescindir de todo elemento voluntário, ou calcular apenas a intervenção de vontades outras como elemento objetivo do jogo geral mutila a própria realidade. Só quem deseja fortemente identifica os elementos necessários à realização da sua vontade.

Assim, constitui um erro de fatuidade grosseira e de superficialidade considerar que uma determinada concepção do mundo e da vida guarda em si mesma uma superior capacidade de previsão. É claro que uma concepção do mundo está implícita em qualquer previsão; portanto, o fato de que ela seja uma desconexão de atos arbitrários do pensamento ou uma rigorosa e coerente visão não é sem importância. Mas, por isso mesmo, ela só adquire essa importância no cérebro vivo de quem faz a previsão, vivificando-a com a sua vontade forte. Isto pode ser percebido através das previsões feitas pelos "desapaixonados": elas estão plenas de "ociosidade", de minúcias sutis, de elegâncias conjecturais. Só a existência no "previsor" de um programa a ser realizado faz com que ele atenha-se ao essencial, aos elementos que, sendo "organizáveis", suscetíveis de serem dirigidos ou desviados, são os únicos que, na realidade, podem ser previstos. Geralmente se acredita que cada ato de previsão pressupõe a determinação de leis de regularidade do tipo das leis que regulam as ciências naturais. Mas como estas leis não existem no sentido absoluto ou mecânico que se supõe, não se levam em conta as vontades outras e não se "prevê" a sua aplicação. Logo, edifica-se sobre uma hipótese arbitrária, e não sobre a realidade.

O "excessivo" (e portanto superficial e mecânico) realismo político leva muitas vezes à afirmação de que o homem de Estado só deve atuar no âmbito da "realidade fatual", não se interessar com o "dever ser", mas apenas com o "ser". Isto significaria que as perspectivas de um estadista não podem ir além do tamanho do seu nariz. Este erro levou Paolo Treves a considerar Guicciardini, e não Maquiavel, o "verdadeiro político".

Mais do que entre "diplomata" e "político", é necessário distinguir entre cientista da política e político prático. O diplomata não pode deixar de se mover só na realidade fatual, pois a sua atividade específica não é a de criar novos equilíbrios, mas a de conservar dentro de determinados quadros jurídicos um equilíbrio existente. Assim, também o cientista deve mover-se apenas na realidade fatual como mero cientista. Mas Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de participação, de paixões poderosas, um político prático, que pretende criar novas relações de força e que por isso mesmo não pode deixar de se ocupar com o "dever ser", que não deve

ser entendido em sentido moralista. Assim, a questão não deve ser colocada nestes termos, é mais complexa: trata-se de considerar se o "dever ser" é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta, ou veleidade, desejo, sonho. O político em ação é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio túrbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade fatual. Mas, o que é esta realidade fatual? É talvez algo de estático e imóvel, ou não é antes uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se numa determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para levá-la ao triunfo, é sempre mover-se no terreno da realidade fatual, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o "dever ser" é concreção; mais ainda, é a única interpretação realista e historicista da realidade, é história em ação e filosofia em ação, é unicamente política.

A oposição Savonarola-Maquiavel não é a oposição entre ser e dever ser (todo o parágrafo de Russo sobre este ponto é puro beletrismo), mas entre dois "dever ser": o abstrato e obscuro de Savonarola e o realista de Maquiavel, realismo, mesmo não tendo se tornado realidade imediata, pois não se pode pretender que um indivíduo ou um livro modifiquem a realidade; eles só a interpretam e indicam a linha possível da ação. O limite e a estreiteza de Maquiavel consistem apenas no fato de ter sido ele uma "pessoa privada", um escritor, e não o chefe de um Estado ou de um exército, que também é apenas uma pessoa, mas tendo à sua disposição as forças de um Estado ou de um exército, e não somente exércitos de palavras. Nem por isso se pode dizer que Maquiavel tenha sido um "profeta desarmado": seria um gracejo muito barato. Maquiavel jamais diz que pensa ou se propõe ele mesmo a mudar a realidade; o que faz é mostrar concretamente como deveriam atuar as forças históricas para se tornarem eficientes.

Análises das situações. Relações de força. O estudo sobre como se deve analisar as "situações", isto é, de como se devem

estabelecer os diversos graus de relação de forças, pode-se prestar a uma exposição elementar sobre ciência e arte políticas, entendidas como um conjunto de cânones práticos de pesquisa e de observações particulares úteis para despertar o interesse pela realidade fatual e suscitar intuições políticas mais rigorosas e vigorosas. Ao mesmo tempo, é preciso expor o que se deve entender em política por estratégia e tática, por "plano" estratégico, por propaganda e agitação, por organização, ou ciência da organização e da administração em política.

Os elementos de observação empírica que comumente são apresentados desordenadamente nos tratados de ciência política (pode-se tomar como exemplar a obra de G. Mosca, *Elementi di scienza politica*) deveriam, na medida em que não são questões abstratas ou apanhadas ao acaso, situar-se nos vários graus da relação de forças, a começar pela relação das forças internacionais (em que se localizariam as notas escritas sobre o que é uma grande potência, sobre os agrupamentos de Estados em sistemas hegemônicos e, por conseguinte, sobre o conceito de independência e soberania no que se refere às pequenas e médias potências[1]), passando em seguida às relações sociais objetivas, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, às relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos dentro do Estado) e às relações políticas imediatas (ou seja, potencialmente militares).

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Seguem, é indubitável. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas* e *relativas* no campo internacional, através das suas expressões técnico-militares. Inclusive a posição geográfica de um Estado não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, mesmo reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). Além do mais, as relações internacionais reagem positiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, mais um partido determinado representa esta situação e explora-a para impedir o predomínio dos partidos adversários (veja-se o famoso discurso de Nitti sobre

1 Ver págs. 138, 162 e seguintes.

a revolução italiana *tecnicamente* impossível!). A partir desta série de fatos, pode-se chegar à conclusão de que, freqüentemente, o chamado "partido estrangeiro" não é propriamente aquele que vulgarmente é apontado como tal, mas exatamente o partido nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do seu país, representa a sua subordinação e a servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas.[1]

É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser situado com exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas. É necessário movimentar-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações.[2] Da reflexão sobre estes dois cânones pode-se chegar ao desenvolvimento de toda uma série de outros princípios de metodologia histórica. Todavia, deve-se distinguir no estudo de uma estrutura os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos elementos que podem ser denominados "de conjuntura" (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, é claro, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que investe

1 Uma referência a este elemento internacional "repressivo" das energias internas pode ser encontrada nos artigos publicados por C. Volpe no *Corriere della Sera* de 22 e 23 de março de 1932.

2 "Uma formação social não perece antes de se terem desenvolvido todas as forças produtivas em relação às quais ela ainda é suficiente e novas e mais altas relações de produção não tenham tomado o seu lugar, antes de as condições materiais de existência destas últimas não terem sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Por isto, a humanidade assume sempre aqueles encargos que ela pode resolver; se se observa com mais agudeza, chegar-se-á sempre à conclusão de que o próprio encargo só surge onde as condições materiais para a sua solução já existem, ou pelo menos estão em processo de surgimento". (Marx, *Introdução à Crítica da Economia Política*.)

os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão margem à crítica histórico-social, que investe os grandes agrupamentos, acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente. A importância dessa grande diferenciação surge quando se estuda um período histórico. Verifica-se uma crise que, às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional quer dizer que se revelaram (amadureceram) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (pois nenhuma forma social jamais confessará que foi superada) formam o terreno "ocasional" sobre o qual se organizam as forças antagonistas, que tendem a demonstrar (demonstração que, em última análise, só se realiza e é "verdadeira" quando se torna nova realidade, quando as forças antagonistas triunfam; mas imediatamente desenvolve-se uma série de polêmicas ideológicas, religiosas, filosóficas, políticas, jurídicas, etc., cuja concreção pode ser avaliada pela medida em que conseguem convencer e deslocam o preexistente dispositivo de forças sociais) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinados encargos possam e, por conseguinte, devam ser resolvidos historicamente, (e devem, porque qualquer vacilação em cumprir o dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara catástrofes mais graves).

Nas análises histórico-políticas, freqüentemente incorre-se no erro de não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional. Assim, ou se apresentam como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou se afirma que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, manifesta-se o exagero de "economismo" ou de doutrinarismo pedantesco; no outro, o excesso de "ideologismo". Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual. A distinção entre "movimentos" e fatos orgânicos e movimentos e fatos de "conjuntura" ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação: não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um desenvolvimento progressista ou de prosperidade e

àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas. O nexo dialético entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa, dificilmente pode ser estabelecido exatamente; e, se o erro é grave no que se refere à historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura.[1] Os próprios desejos e paixões deteriorantes e imediatos constituem a causa do erro na medida em que substituem a análise objetiva e imparcial. E isto se verifica não como "meio" consciente para estimular à ação, mas como autoengano. Também neste caso a cobra morde o charlatão: o demagogo é a primeira vítima da sua demagogia.

Estes critérios metodológicos podem adquirir visível e didaticamente todo o seu significado quando aplicados ao exame de fatos históricos concretos. O que se poderia fazer com utilidade em relação aos acontecimentos que se verificaram na França de 1789 a 1870. Parece-me que para maior clareza da exposição seja necessário abranger todo este período. Efetivamente, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotam-se historicamente todos os germes nascidos em 1789. Não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os grupos novíssimos que acreditam já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789. Assim, ela demonstra a sua vitalidade tanto em relação ao velho como em relação ao novíssimo. Além do

1 O fato de não se ter considerado o momento imediato das "relações de força" está ligado a resíduos da concepção liberal vulgar, da qual o sindicalismo é uma manifestação que acreditava ser mais avançada quando, na realidade, representava um passo atrás. Efetivamente, a concepção liberal vulgar, dando importância à relação das forças políticas organizadas nas diversas formas de partido (leitores de jornais, eleições parlamentares e locais, organizações de massa dos partidos e dos sindicatos num sentido estrito), era mais avançada do que o sindicalismo, que dava importância primordial à relação fundamental econômico-social, e só a ela. A concepção liberal vulgar também levava em conta implicitamente esta relação (como transparece através de muitos sinais), mas insistia prioritariamente sobre a relação das forças políticas, que era uma expressão da outra e, na realidade, englobava-a. Estes resíduos da concepção liberal vulgar podem ser encontrados em toda uma série de trabalhos que se dizem ligados à filosofia da praxis e deram lugar a formas infantis de otimismo e a asneiras.

mais, em virtude dos acontecimentos de 1870-1871, perde eficácia o conjunto de princípios de estratégia e tática política nascidos praticamente em 1789 e desenvolvidos ideologicamente em torno de 1848 (aqueles que se sintetizam na fórmula da "revolução permanente".[1] Seria interessante estudar os elementos desta fórmula que se manifestaram na estratégia maziniana — por exemplo, a insurreição de 1853 em Milão — e se isto ocorreu conscientemente). Um elemento que demonstra a justeza deste ponto de vista é o fato de que os historiadores de modo nenhum concordam (e é impossível que concordem) ao fixar os limites daquela série de acontecimentos que constitui a Revolução Francesa. Para alguns (Salvemini, por exemplo), a Revolução se completa em Valmy: a França criou o novo Estado e soube organizar a força político-militar que o sustenta e defende a sua soberania territorial. Para outros, a Revolução continua até Termidor; mais ainda, eles falam de muitas revoluções (o 10 de agosto seria uma revolução em si, etc.).[2] A maneira de interpretar Termidor e a obra de Napoleão apresenta as mais agudas contradições: trata-se de revolução ou de contra-revolução? Para outros, a Revolução continua até 1830, 1848, 1870 e inclusive até a guerra mundial de 1914. Em todas estas maneiras de ver há uma parte de verdade. Realmente, as contradições internas da estrutura francesa, que se desenvolvem depois de 1789, só encontram uma relativa composição com a Terceira República. E a França goza sessenta anos de vida política equilibrada depois de oitenta anos de transformações em ondas cada vez maiores: 1789, 1794, 1799, 1804, 1815, 1830, 1848, 1870. É exatamente o estudo dessas "ondas" de diferentes oscilações que permite reconstruir as relações entre estrutura e superstruturas, de um lado, e, de outro, as relações entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura. Assim, pode-se dizer que a mediação dialética entre os dois princípios metodológicos enunciados no início desta nota localiza-se na fórmula político-histórica da revolução permanente.

[1] Gramsci usa o termo revolução permanente para indicar a interpretação errada de Trotski (uma transformação política levada a cabo por uma minoria sem o apoio das grandes massas) à fórmula de Karl Marx. Por isso o autor a coloca entre aspas. (N. e I.)

[2] Cf. *La Révolution française* de A. MATHIEZ, na coleção A. Colin.

Um aspecto do mesmo problema é a chamada questão das relações de fôrça. Lê-se com freqüência nas narrações históricas a expressão: "relações de forças favoráveis, desfavoráveis a esta ou aquela tendência." Assim, abstratamente, esta formulação não explica nada ou quase nada, pois o que se faz é repetir o fato que se deve explicar, apresentando-o uma vez como fato e outra como lei abstrata e como explicação. Portanto, o erro teórico consiste em apresentar um elemento de pesquisa e de interpretação como "causa histórica".

Na "relação de fôrça" é necessário distinguir diversos momentos ou graus, que no fundamental são estes:

1) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser medida com os sistemas das ciências exatas ou físicas. A base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção estruturam-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na produção. Esta relação é a que é, uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número das fazendas e dos seus agregados, o número das cidades com as suas populações determinadas, etc. Este dispositivo fundamental permite verificar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação: permite controlar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que ela gerou durante o seu curso.

2) O momento seguinte é a relação das forças políticas: a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Por sua vez, este momento pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, da forma como se manifestaram na História até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante. Assim, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interêsses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando a alcançar uma igual-

dade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em "partido", entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral. Coloca todas as questões em torno das quais se acende a luta não num plano corporativo, mas num plano "universal", criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais". O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico-corporativo estreito.

Na história real estes momentos se confundem reciprocamente, por assim dizer horizontal e verticalmente, segundo as atividades econômicas sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticais), combinando-se e dividindo-se alternadamente. Cada uma destas combinações pode ser representada por uma expressão orgânica própria, econômica e política. Também é necessário levar em conta que, com estas relações internas de um Estado-Nação, entrelaçam-se as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia nascida num país desenvolvido difunde-se em países menos desenvolvidos, incindindo no jogo local das combinações.[1]

Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais ainda é complicada pela existência, no interior de cada Estado, de diversas seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus (a Vandéia era aliada das forças reacionárias internacionais e representava-as no seio da unidade territorial francesa; Lião, na Revolução Francesa, representava um nó particular de relações, etc.).

3) O terceiro momento é o da relação das forças militares, imediatamente decisiva em determinados instantes. (O desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo). Mas esse momento não é algo indistinto e que possa ser identificado imediatamente de forma esquemática. Também nele podem-se distinguir dois graus: o militar, num sentido estrito ou técnico-militar, e o grau que pode ser denominado de político-militar. No curso da História estes dois graus se apresentaram com uma grande variedade de combinações. Um exemplo típico, que pode servir como demonstração-limite, é o da relação de opressão militar de um Estado sobre uma nação que procura alcançar a sua independência estatal. A relação não é puramente militar, mas político-militar. Efetivamente, tal tipo de opressão seria inexplicável se não existisse o estado de desagregação social do povo oprimido e a passividade da sua maioria. Portanto, a independência não poderá ser alcançada apenas com forças puramente militares, mas com forças militares e político-militares. Se a nação oprimida, para iniciar a luta da independência, tivesse de esperar a permissão do Esta-

1 A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte dessas combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais: a maçonaria, o Rotary Clube, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem expedientes políticos de origem histórica diferente e levam-nas a triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas. Uma religião, a maçonaria, os judeus, Rotary, etc., podem ser incluídos na categoria social dos "intelectuais", cuja função, em escala internacional, é a de mediar os extremos, "socializar" as inovações técnicas que permitem o funcionamento de toda atividade de direção, de excogitar compromissos e saídas entre soluções extremas.

do dominante para organizar o seu exército no sentido estrito e técnico da palavra, deveria aguardar bastante tempo (pode ocorrer que a reivindicação seja concedida pela nação dominante, mas isto significa que uma grande parte da luta já foi travada e vencida no terreno político-militar). Logo, a nação oprimida oporá inicialmente à força militar hegemônica uma força que é apenas "político-militar"; isto é, oporá uma forma de ação política com a virtude de determinar reflexos de caráter militar no sentido de que: 1) seja capaz de desagregar intimamente a eficiência bélica da nação dominante; 2) obrigue a força militar dominante a diluir-se e dispersar-se num grande território, anulando grande parte da sua eficiência bélica. No *Risorgimento* italiano pode-se notar a ausência desastrosa de uma direção político-militar, especialmente no *Partido da Ação* (por incapacidade congênita), mas também no partido piemontês-moderado, tanto antes como depois de 1848. Isto ocorreu não por incapacidade, mas por "malthusianismo econômico-político", porque não se pretendeu nem ao menos acenar com a possibilidade de uma reforma agrária e porque não se queria a convocação de uma assembléia nacional constituinte. Só se queria que a monarquia piemontesa, sem condições ou limitações de origem popular, se estendesse a toda a Itália com a simples sanção de plebiscitos regionais.

Outra questão ligada às precedentes é a de se ver se as crises históricas fundamentais são determinadas imediatamente pelas crises econômicas. A resposta à questão está implicitamente contida nos parágrafos anteriores, onde as questões tratadas constituem outro modo de apresentar o problema ao qual nos referimos agora. Todavia é sempre necessário, por motivos didáticos devidos ao público particular, examinar cada modo sob o qual se apresenta uma mesma questão, como se fosse um problema independente e novo. Inicialmente, pode-se excluir que, de per si, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais; apenas podem criar um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso ulterior da vida estatal. De resto, todas as afirmações referentes a períodos de crise ou de prosperidade podem dar margem a juízos unilaterais. No seu compêndio de História da Revolução Francesa, Mathiez, opondo-se à história vulgar tradicional, que aprioristicamente "acha" uma crise para coincidr com as grandes

rupturas do equilíbrio social, afirma que, por volta de 1789, a situação econômica era mais do que boa, pelo que não se pode dizer que a catástrofe do Estado absoluto tenha sido motivada por uma crise de empobrecimento. Deve-se observar que o Estado estava às voltas com uma crise financeira mortal e devia optar sobre qual das três ordens sociais privilegiadas deveriam recair os sacrifícios e o peso destinados a reordenar as finanças estatais e reais. Além do mais, se a posição econômica da burguesia era próspera, certamente não era boa a situação das classes populares das cidades e do campo, especialmente estas, atormentadas pela miséria endêmica. De qualquer modo, a ruptura do equilíbrio entre as forças não se verificou em virtude de causas mecânicas imediatas de empobrecimento do grupo social interessado em romper o equilíbrio, e que de fato rompeu; mas verificou-se no quadro de conflitos acima do mundo econômico imediato, ligados ao "prestígio" de classe (interesses econômicos futuros), a uma exasperação do sentimento de independência, de autonomia e de poder. A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômico como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força nos seus vários graus. Podem-se verificar novidades, tanto porque uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário, como porque o mal-estar se tornou intolerável e não se percebe na velha sociedade nenhuma força que seja capaz de minorá-lo e de restabelecer a normalidade através de medidas legais. Portanto, pode-se dizer que todos estes elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, sobre cujo terreno verifica-se a passagem destas relações para relações políticas de força, culminando na relação militar decisiva.

Interrompendo-se este processo de desenvolvimento de um momento para outro, e ele é essencialmente um processo que tem como atores os homens e a vontade e a capacidade nos homens, a situação mantém-se inerte, podendo dar lugar a conclusões contraditórias: a velha sociedade resiste e assegura um período de "alívio", exterminando fisicamente a *élite* adversária e aterrorizando as massas de reserva; ou então verifica-se a destruição recíproca das forças em luta com a instauração da paz dos cemitérios, talvez sob a vigilância de um sentinela estrangeiro.

Mas a observação mais importante a ser feita a propósito de qualquer análise concreta das relações de força, é esta: tais análises não se encerram em si mesmas (a menos que não se escreva um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Elas indicam quais são os pontos débeis de resistência onde a força da vontade pode ser aplicada mais frutiferamente, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será melhor compreendida pelas multidões, etc. O elemento decisivo de cada situação é a força permanente organizada e antecipadamente predisposta, que se pode fazer avançar quando se manifestar uma situação favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e esteja carregada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em cuidar sistemática e pacientemente da formação, do desenvolvimento, da unidade compacta e consciente de si mesma, desta força. Comprova-se isto na história militar e no cuidado com que, sempre, os exércitos mostraram-se predispostos a iniciar uma guerra em qualquer momento. Os grandes Estados eram grandes Estados exatamente porque sempre estavam preparados para se inserir eficazmente nas conjunturas internacionais favoráveis, e o eram porque havia a possibilidade concreta de inserirem-se eficazmente nelas.

Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica. Num determinado momento da sua vida histórica, os grupos sociais se afastam dos seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais com uma determinada forma de organização, com determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como expressão própria da sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de poderes ocultos, representados pelos homens providenciais ou carismáticos.

Como se formam estas situações de contraste entre "representados e representantes", que do terreno dos partidos (organizações de partido num sentido estrito, campo eleitoral-

parlamentar, organização jornalística) refletem-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e em geral de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de "crise de autoridade", mas, na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto.

A crise cria situações imediatas perigosas, pois as diversas camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas. Talvez faça sacrifícios, exponha-se a um futuro sombrio com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e serve-se dele para esmagar o adversário e desbaratar os seus dirigentes, que não podem ser muitos e adequadamente preparados. A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um partido único, que representa melhor e encarna as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, mesmo se o seu ritmo for muito rápido e fulminante em relação aos tempos tranqüilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema existencial dominante e afastar um perigo mortal. Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas a solução do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser despropositados, mas nos quais prevalece a imaturidade das forças progressistas); significa que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressis-

ta, dispõe da força para vencer e que também o grupo conservador tem necessidade de um patrão[1].

Esta ordem de fenômenos está ligada a uma das questões mais importantes, concernentes ao partido político; isto é, à capacidade de reação do partido contra o espírito consuetudinário, contra as tendências mumificadoras e anacronísticas. Os partidos nascem e se constituem em organizações para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para as suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (portanto, a posição relativa das classes que representam) no país a que pertencem ou no campo internacional. Ao analisar-se o desenvolvimento dos partidos é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido. A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a constituir um corpo solidário, voltado para si e independente da massa, o partido acaba se tornando anacrônico, e nos momentos de crise aguda é esvaziado do seu conteúdo social e permanece como que solto no ar. Veja-se o que está ocorrendo com uma série de partidos alemães, em virtude da expansão do hitlerismo. Os partidos franceses constituem um terreno rico para tais investigações: estão todos mumificados e são anacrônicos; não passam de documentos históricos-políticos das diversas fases da história passada francesa, da qual repetem a terminologia envelhecida; a sua crise pode-se tornar mais catastrófica do que a dos partidos alemães.

Ao examinar-se esta ordem de acontecimentos, é comum deixar de colocar no seu devido lugar o elemento burocrático, civil e militar; e também não se leva em conta que em tais análises não devem entrar apenas os elementos militares e burocráticos existentes, mas as camadas sociais entre as quais, nos diferentes complexos estatais, a burocracia é tradicionalmente recrutada. Um movimento político pode ser de caráter abertamente militar, mesmo se o exército como tal não participa abertamente dele; um governo pode ser de caráter militar, mesmo se o exército não participa dele. Em determinadas situações pode-se dar a conveniência de não "descobrir" o exército, de não fazê-lo sair da constitucionalidade, de não levar a política aos quartéis, como se diz, para manter a homogeneidade entre oficiais e soldados num terreno de aparente neutralidade e superioridade sobre as facções; porém, é o exército, isto é, o Estado-Maior e a oficialidade, quem determina a nova situação e a domina. Por outro lado, não é verdade que o exército, segundo as Constituições, jamais deve fazer política; o exército deveria exatamente defender a Constituição, a forma legal do Estado e as instituições conexas; por isso, a chamada neutralidade significa apenas apoio à parte retrógrada. Em tais situações, torna-se necessário colocar a questão dessa maneira para impedir que se reproduza no exército a divisão do país, e que desapareça, através da desagregação do instrumento militar, o poder determinante do Estado-Maior. Na verdade, todos estes elementos de observação não são absolutos; o seu peso é muito diferente nos diversos momentos históricos e nos vários países.

A primeira indagação que se deve fazer é esta: existe num determinado país uma camada social ampla para a qual a carreira burocrática, civil e militar, constitui um elemento muito importante de vida econômica e afirmação política (participação efetiva no poder, mesmo indiretamente, pela "chantagem")? Na Europa moderna esta camada pode ser localizada na pequena e média burguesia rural, que é mais ou menos numerosa nos diversos países de acordo com o desenvolvimento das forças industriais, de um lado, e da reforma agrária, de outro. É claro que a carreira burocrática (civil e militar) não é um monopólio desta camada social; todavia, ela lhe é particularmente apta em virtude da função social que esta camada realiza e das tendências psicológicas que a função determina ou favorece. Estes dois elementos dão ao conjunto do grupo social certa homogeneidade e energia para dirigir, e, portanto, um valor político e uma função muitas vezes decisiva no âmbito do organismo social. Os elementos deste grupo estão habituados a comandar diretamente núcleos de homens, mesmo exíguos, e a comandar "politicamente", não "economicamente"; na sua arte de comando não existe a disposição de ordenar as "coisas", de "ordenar homens e coisas" num todo orgânico, como ocorre na produção industrial, pois este grupo não tem funções econômicas no sentido moderno da palavra. Ele tem

1 Cf. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.*

uma renda porque juridicamente é proprietário de uma parte do solo nacional, e a sua função consiste em impedir "politicamente" o camponês cultivador de melhorar a sua existência, pois qualquer melhoria da posição relativa do camponês seria catastrófica para a sua posição social. A miséria crônica e o trabalho prolongado do camponês, com o conseqüente embrutecimento, representam para ele uma necessidade primordial. Por isso emprega a máxima energia na resistência e no contra-ataque à mínima tentativa de organização autônoma do trabalho camponês e a qualquer movimento cultural camponês que ultrapasse os limites da religião oficial. Os limites desto grupo social e as razões da sua fraqueza íntima situam-se na sua dispersão territorial e na "não-homogeneidade" intimamente ligada a esta dispersão. Isto também explica outras características: a volubilidade, a multiplicidade dos sistemas ideológicos a que aderem, o próprio exotismo das ideologias algumas vezes encampadas. A vontade está decididamente orientada para um fim, mas é vagarosa e freqüentemente necessita de um longo processo para centralizar-se orgânica e politicamente. O processo se acelera quando a "vontade" específica desse grupo coincide com a vontade e os interesses imediatos da classe alta; não só o processo se acelera, como manifesta-se repentinamente a "força militar" dessa camada, que algumas vêzes, depois de se organizar, dita leis à classe alta, se não pelo conteúdo, pelo menos no que se refere à "forma" da solução. Observa-se neste caso o funcionamento das mesmas leis que se configuraram nas relações cidade-campo no tocante às classes subalternas: a força da cidade automaticamente se transforma em força do campo. Mas, em virtude de que no campo os conflitos logo assumem uma forma aguda e "pessoal", dada a ausência de margens econômicas e a normalmente mais pesada pressão de cima para baixo, assim, no campo, os contra-ataques devem ser mais rápidos e decisivos. Este grupo compreende e vê que a origem das suas preocupações está nas cidades, na fôrça das cidades, e por isso entende de "dever" ditar a solução às classes altas urbanas, a fim de que o foco seja apagado, mesmo se isto não for da conveniência imediata das classes altas urbanas, seja porque muito dispendioso, ou porque perigoso a longo prazo (estas classes vêem ciclos mais amplos de desenvolvimento nos quais é possível manobrar, e não apenas o interesse "físico" imediato). A função dirigente desta camada

deve ser entendida neste sentido, e não em sentido absoluto; o que não é pouco[1]. Deve-se notar como este caráter "militar" do grupo social em questão, que era tradicionalmente um reflexo espontâneo de determinadas condições de existência, é agora conscientemente educado e predisposto organicamente. Enquadram-se neste movimento consciente os esforços sistemáticos para criar e manter permanentemente diversas associações de militares reformados e de ex-combatentes dos vários corpos e armas, ligadas aos Estados-Maiores e capazes de serem mobilizadas quando necessário. Isto evitaria a necessidade de mobilizar o exército regular, que manteria, assim, o seu caráter de reserva em estado de alerta, reforçada e imune à decomposição política destas forças "privadas" que não poderiam deixar de influir sobre o seu "moral", sustentando-o e fortalecendo-o. Pode-se dizer que ocorre um movimento do tipo "cossaco", não em formações escalonadas dentro dos limites da nacionalidade, como se verificava com os cossacos czaristas mas dentro dos "limites" de grupo social. Portanto, em toda uma série de países, a influência do elemento militar na vida estatal não significa apenas influência e peso do elemento técnico militar, mas influência e peso da camada social fundamental de origem do elemento técnico-militar (especialmente os oficiais subalternos). Esta série de observações é indispensável para a análise do aspecto mais íntimo daquela determinada forma política que se convencionou chamar de cesarismo ou bonapartismo; para distingui-la de outras formas em que o elemento técnico-militar como tal predomina sob formas talvez ainda mais destacadas e exclusivas.

A Espanha e a Grécia oferecem dois exemplos típicos, com aspectos semelhantes e diversos. Na Espanha é preciso levar em conta algumas particularidades: tamanho do território e baixa densidade da população rural. Não existe, entre o latifundiário nobre e o camponês, uma numerosa burguesia rural;

[1] Pode-se ver um reflexo deste grupo na atividade ideológica dos intelectuais conservadores de direita. O livro de Gaetano Mosca, *Teorica dei governi e governo parlamentare* (segunda edição de 1925, primeira edição de 1883) é exemplar a este respeito; já em 1883 Mosca se aterrorizava com um possível contato entre cidade e campo. Mosca, pela sua posição defensiva (de contra-ataque), compreendia melhor em 1883 a técnica da política das classes subalternas do que a compreenderam, mesmo alguns decênios depois, os representantes destas forças subalternas, inclusive urbanas.

portanto, era escassa a importância da oficialidade subalterna como força em si (ao contrário, tinha certa importância de antagonista a oficialidade das armas especializadas, artilharia e engenharia, de origem burguesa urbana, que se opunha aos generais e procurava ter uma política própria). Assim, os governos militares são governos de "grandes" generais. Passividade das massas camponesas como população e como tropa. Se no exército verifica-se desagregação política, é em sentido vertical, não horizontal, fruto da competição entre as camarilhas dirigentes: a tropa se divide para seguir os chefes em luta entre si. O governo militar é um parêntese entre dois governos constitucionais; o elemento militar é a reserva permanente da ordem e do conservadorismo, é uma força política que atua "publicamente" quando a "legalidade" está em perigo. O mesmo ocorre na Grécia, com a diferença de que o território grego se espalha num sistema de ilhas e de que uma parte da população mais enérgica e ativa está sempre no mar, o que torna mais fácil a intriga e a conspiração militar. O camponês grego é passivo como o espanhol; mas, no quadro da população total, quando, por ser marinheiro, o grego mais enérgico e ativo está quase sempre longe do seu centro de vida política, a passividade geral deve ser analisada diversamente, e a solução do problema não pode ser a mesma (o fuzilamento dos membros de um governo derrubado, há alguns anos, provavelmente deve ser explicado como uma explosão de cólera deste elemento enérgico e ativo, que pretendeu dar uma sangrenta lição). O que se deve observar especialmente é que, na Grécia e na Espanha, a experiência do governo militar não criou uma ideologia política e social permanente e formalmente orgânica, como sucede nos países potencialmente bonapartistas, para usar a expressão. Mas as condições históricas gerais dos dois tipos são as mesmas: equilíbrio dos grupos urbanos em luta, o que impede o jogo da democracia "normal", o parlamentarismo; a influência do campo neste equilíbrio, entretanto, é diferente. Nos países como a Espanha, o campo, completamente passivo, permite aos generais da nobreza latifundiária servirem-se politicamente do exército para restabelecer o equilíbrio em perigo, isto é, o triunfo dos grupos altos. Em outros países o campo não é passivo, mas o seu movimento não está politicamente coordenado com o urbano: o exército deve permanecer neutro, pois é possível que de outro modo ele

se desagregue horizontalmente (permanecerá neutro até certo ponto, entenda-se). Em lugar dele, entra em ação a classe militar burocrática, que, utilizando meios militares, sufoca o movimento no campo (de imediato o mais perigoso). Nesta luta, o movimento no campo registra certa unificação política e ideológica, encontra aliados nas classes médias urbanas (médias no sentido italiano) reforçadas pelos estudantes de origem rural que vivem nas cidades, impõe os seus métodos políticos às classes altas, as quais devem fazer muitas concessões e permitir uma determinada legislação favorável. Enfim, consegue, até um determinado ponto, permear o Estado de acordo com os seus interesses e substituir uma parte dos quadros dirigentes; continuando a se manter armado no desarmamento geral, desenha a possibilidade de uma guerra civil entre os seus adeptos armados e o exército regular, no caso de a classe alta mostrar muita disposição de resistência. Estas observações não devem ser concebidas como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica e política. Nas análises concretas de fatos reais, as formas históricas são características e quase "únicas". César representa uma combinação de circunstâncias reais bastante diversa da combinação representada por Napoleão I, da mesma forma que Primo de Rivera, Zivkovich, etc.

Na análise do terceiro grau ou momento do sistema das relações de força existentes numa determinada situação, pode-se recorrer proveitosamente ao conceito que na ciência militar é conhecido por "conjuntura estratégica"; ou seja, mais precisamente, ao grau de preparação estratégica do teatro da luta, do qual um dos elementos principais é fornecido pelas condições qualitativas do pessoal dirigente das forças ativas que podem ser chamadas de primeira linha (incluídas nestas as forças de assalto). O grau de preparação estratégica pode dar a vitória a forças "aparentemente" (isto é, quantitativamente) inferiores às do adversário. Pode-se dizer que a preparação estratégica tende a reduzir a zero os chamados "fatores imponderáveis", as reações instantâneas de surpresa, num determinado momento, adotadas por forças tradicionalmente inertes e passivas. Devem ser computados entre os elementos da preparação de uma conjuntura estratégica favorável aqueles considerados nas observações sobre a existência e a organização

de uma camada militar ao lado do organismo técnico do exército nacional[1].

Outros elementos podem ser elaborados a partir deste trecho do discurso pronunciado no Senado, em 19 de maio de 1932, pelo Ministro da Guerra, General Gazzera (cf. *Corriere della Sera* de 20 de maio): "O regime disciplinar do nosso exército constitui hoje, graças ao fascismo, uma diretiva para toda a nação. Outros exércitos tiveram e ainda têm uma disciplina formal e rígida. Nós temos sempre presente o princípio de que o exército é feito para a guerra e que para ela deve-se preparar; portanto, a disciplina de paz deve ser a mesma disciplina do tempo de guerra, que no tempo de paz deve encontrar o seu fundamento espiritual. A nossa disciplina baseia-se no espírito de coesão entre chefes e gregários, coesão que é fruto espontâneo do sistema seguido. Este sistema resistiu magnificamente, durante uma longa e duríssima guerra, até à vitória; é mérito do regime fascista ter levado a todo o povo italiano uma tradição disciplinar tão insigne. Da disciplina de cada um depende o êxito da concepção estratégica e das operações táticas. A guerra ensinou muitas coisas, inclusive que há uma separação profunda entre a preparação de paz e a realidade da guerra. É claro que, qualquer que seja a preparação, as operações iniciais da campanha colocam os beligerantes diante de problemas novos que dão lugar a surpresas de uma parte e de outra. Por isso, não se deve chegar à conclusão de que não é útil formular uma concepção *a priori* e que nenhum ensinamento pode ser extraído da guerra passada. Pode-se extrair dela uma doutrina de guerra, que deve ser

1 A propósito da "camada militar", é interessante o que escreve T. TITTONI, em *Ricordi personali di politica interna*, *Nuova Antologia*, 1-16 de abril de 1929. Confessa Tittoni ter meditado sobre o fato de que, para reunir a força pública necessária a enfrentar os tumultos eclodidos numa localidade, era necessário desguarnecer outras regiões. Durante a *Semana Vermelha* de junho de 1914, foi necessário desguarnecer Ravenna para reprimir os motins de Ancona. Em seguida, privado da força pública, o prefeito de Ravenna teve de se trancar na prefeitura, *abandonando a cidade aos revoltosos*. "Muitas vezes perguntei a mim mesmo o que poderia fazer o governo se um movimento de revolta tivesse eclodido simultaneamente em toda a península". Tittoni propôs ao governo a criação dos "voluntários da ordem", ex-combatentes dirigidos por oficiais reformados. O projeto de Tittoni parece que obteve alguma consideração, mas não teve seqüência.

recebida com disciplina intelectual e como meio para promover formas de juízo não discordantes e uniformidade de linguagem, de modo a permitir a todos que compreendam e se façam compreender. Se, às vezes, a unidade doutrinária ameaçou degenerar em esquematismo, a reação foi imediata, imprimindo à tática, inclusive através dos progressos da técnica, uma rápida renovação. Portanto, esta regulamentação não é estática, não é tradicional, como alguns crêem. A tradição é considerada apenas como força, e os regulamentos estão sempre em curso de revisão, não por desejo de mudança, mas para podê-los adequar à realidade". (Um exemplo de "preparação da conjuntura estratégica" pode ser encontrado nas *Memórias* de Churchill, no trecho em que fala da batalha da Jutlândia.)

O cesarismo. César, Napoleão I, Napoleão III, Cromwell, e outros. Compilar um catálogo dos eventos históricos que culminaram numa grande personalidade "heróica".

Pode-se afirmar que o cesarismo exprime uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode levar à destruição recíproca. Quando a força progressista *A* luta contra a força reacionária *B*, *não só pode ocorrer* que *A* vença *B* ou *B* vença *A*, mas também pode suceder que nem *A* nem *B* vençam, porém se aniquilem mutuamente, e uma terceira força, *C*, intervenha de fora submetendo o que resta de *A* e de *B*. Na Itália, depois da morte do Magnífico, sucedeu exatamente isto.

Mas o cesarismo, se exprime sempre a solução "arbitral", confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico. Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo reacionário; mas em última análise, o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído pela história concreta, e não por um esquema sociológico. O cesarismo é progressista quando a sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, mesmo com certos compromissos e medidas que limitam a vitória; é reacionário quando a sua intervenção aju-

da a força reacionária a triunfar, também neste caso com determinados compromissos e limitações que têm um valor, um alcance e um significado diversos, opostos aos do caso precedente. César e Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck de cesarismo reacionário.

Trata-se de ver se na dialética "revolução-restauração" é o elemento revolução ou o elemento restauração que prevalece, já que é certo que no movimento histórico jamais se volta atrás, e não existem restaurações *in toto*. De resto, o cesarismo é uma fórmula polêmico-ideológica, e não um cânone de interpretação histórica. É possível haver uma solução cesarista mesmo sem um César, sem uma personalidade "heróica" e representativa. Também o sistema parlamentar criou um mecanismo para tais soluções de compromisso. Os governos "trabalhistas" de MacDonald eram, num determinado grau, soluções dessa natureza; o grau de cesarismo elevou-se quando foi formado o governo com MacDonald na presidência e uma maioria conservadora. Da mesma forma na Itália, em outubro de 1922, até o afastamento dos "populares", e depois, gradualmente, até 3 de janeiro de 1925, e ainda até 8 de novembro de 1926, verificou-se um movimento histórico-político em que diversas gradações de cesarismo se sucederam até uma forma mais pura e permanente, embora também esta não imóvel e estática. Cada governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não se desenvolver até graus mais significativos (ao contrário, a opinião vulgar é a de que os governos de coalizão constituem o mais "sólido baluarte" contra o cesarismo). No mundo moderno, com as suas grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político partidário, o mecanismo do fenômeno cesarista é muito diferente do que foi até Napoleão III. No período que culminou com Napoleão III, as forças militares regulares ou de fileira constituíam um elemento decisivo para o advento do cesarismo, que se verificava através de golpes de Estado precisos, de ações militares, etc. No mundo moderno, as forças sindicais e políticas, com os meios financeiros incalculáveis de que podem dispor pequenos grupos de cidadãos, complicam o problema. Os funcionários dos partidos e dos sindicatos econômicos podem ser corrompidos ou aterrorizados sem que haja necessidade de ações militares em grande estilo, tipo César ou *18 Brumário*. Reproduz-se neste

campo a mesma situação examinada a propósito da fórmula jacobino-revolucionária da chamada "revolução permanente"[1]. A técnica política moderna mudou completamente depois de 1848, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e "privadas" (político-privadas, partidárias e sindicais) e das transformações que se verificaram na política num sentido mais largo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da delinqüência, mas do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para tutelar o domínio político e econômico das classes dirigentes. Neste sentido, inteiros partidos "políticos" e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política, e de caráter investigativo e preventivo.
O esquema genérico das forças *A* e *B* em luta com uma perspectiva catastrófica, isto é, com a perspectiva de que nem *A* nem *B* vençam na luta para constituir (ou reconstituir) um equilíbrio orgânico, da qual nasce (pode nascer) o cesarismo, é precisamente uma hipótese genérica, um esquema sociológico (conveniente para a arte política). A hipótese pode-se tornar sempre mais concreta, pode ser levada a um grau sempre maior de aproximação da realidade histórica concreta, o que pode ser obtido determinando alguns elementos fundamentais.

Assim, falando de *A* e de *B* só se disse que elas são uma força genericamente progressista e uma força genericamente reacionária. Pode-se precisar de que tipo de forças progressistas e reacionárias se trata e, desse modo, alcançar maiores aproximações. Nos casos de César e Napoleão pode-se dizer que *A* e *B*, mesmo sendo distintas e contrastantes, não eram forças tais que não pudessem "absolutamente" chegar a uma fusão e assimilação recíproca depois de um processo molecular; o que de fato ocorreu, pelo menos em certa medida (todavia suficiente para os objetivos histórico-políticos da cessação da luta orgânica fundamental e, portanto, para a superação da fase catastrófica). Este é um elemento de maior aproximação. Outro elemento é o seguinte: a fase catastrófica pode emergir em virtude de uma deficiência política "momentânea" da força dominante tradicional, e não agora em virtude de uma defi-

[1] Ver nota na pág. 42. (N. do T.)

ciência orgânica necessariamente insuperável. Foi o que se verificou no *caso* de Napoleão III. A força dominante na França de 1815 a 1848 *dividira-se politicamente* (sediciosamente) em quatro frações: a legitimista, a orleanista, a bonapartista e a jacobino-republicana. As lutas internas entre as facções eram de tal ordem que tornavam *possível* o avanço da força antagonista *B* (*progressista*) de forma "precoce"; mas a forma social existente ainda *não* exaurira as suas possibilidades de desenvolvimento, como a História em seguida provou abundantemente. Napoleão *III representou* (à sua maneira, de acordo com a estatura do homem, que era *grande*) *estas* possibilidades *latentes* e *imanentes*: o seu cesarismo, assim, tem um colorido particular. O *cesarismo* de César e de Napoleão I *foi*, por assim dizer, de caráter quantitativo-*qualitativo*, representou a fase *histórica* de passagem de um tipo de Estado para outro, uma passagem em que as *inovações* foram tantas e de tal *ordem* que representaram uma transformação completa. O cesarismo de Napoleão *III* foi só e limitadamente quantitativo, não se verificou a passagem de *um tipo* de Estado para outro, *mas* só "evolução" do mesmo tipo, segundo uma linha ininterrupta.

No *mundo* moderno, os fenômenos de cesarismo são inteiramente diversos, tanto daqueles do tipo progressista César-Napoleão I, como também daqueles do tipo *Napoleão III*, embora se *aproximem* deste último. No mundo moderno, o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última análise, poderiam fundir-se e unificar-se, mesmo depois de um processo fatigante e sangrento, mas entre forças cujo contraste é insanável historicamente, e que se aprofunda com o *advento* de formas de cesarismo. Todavia, o cesarismo no mundo moderno ainda *encontra uma* margem, maior ou *menor*, de acordo com os países e o seu peso relativo na estrutura mundial, já que *uma* forma social "sempre" *tem* possibilidades marginais de desenvolvimento *ulterior* e de sistematização organizativa. Ela pode contar especialmente com a fraqueza relativa da força progressista antagonista, devida à sua natureza e ao seu modo de vida particular, fraqueza que deve ser mantida: por isso *afirmou-se* que o cesarismo moderno, mais do que militar é policial.

Seria um erro de método (um aspecto do mecanicismo sociológico) considerar que, nos fenômenos de cesarismo, tanto progressistas como *reacionários* ou de caráter intermediário episódico, qualquer novo fenômeno histórico derive do equilíbrio entre as *forças* "*fundamentais*"; também é necessário examinar as relações supervenientes entre os grupos principais (*de gênero* diferente, social-econômico e técnico-econômico) das classes fundamentais e as forças auxiliares guiadas ou submetidas à influência hegemônica. Desse modo não se compreenderia o golpe de Estado de 2 de dezembro sem se estudar a função dos grupos militares e dos camponeses *franceses*.

Um episódio histórico muito importante desse ponto de vista é o chamado *movimento* provocado pelo caso Dreyfus na França; também ele deve ser considerado *nesta série* de observações, *não* porque tenha levado ao "cesarismo", mas exatamente pelo contrário: porque *impediu* à ocorrência de *um* cesarismo de caráter nitidamente reacionário, que estava em gestação. O *movimento* Dreyfus é característico, porque são elementos do mesmo bloco social dominante que frustram o cesarismo da sua parte mais reacionária, apoiando-se não nos camponeses, no campo, mas nos elementos subordinados da cidade, guiados pelo reformismo socialista (e também na parte mais avançada das massas camponesas). Encontramos outros movimentos histórico-políticos *modernos* do *tipo* Dreyfus que *não* são, certamente, revoluções, mas também não são inteiramente reacionários, tendo em vista que rompem cristalizações *sufocantes* no campo dominante e inserem na vida do Estado e nas atividades *sociais um* pessoal diferente e mais numeroso do que o precedente. Inclusive estes *movimentos* podem ter um *conteúdo* relativamente "progressista" na medida em que assinalam a existência, na velha *sociedade*, de forças atuantes *latentes* não desfrutadas pelos velhos dirigentes; mesmo sendo "forças marginais", *não* são absolutamente progressistas, pois não podem "marcar época". Tornam-se *historicamente* eficientes em virtude da debilidade construtiva do antagonista, não de uma força *própria interior*, fato que as liga a uma situação determinada de equilíbrio das forças em luta, ambas incapazes de *exprimir* uma vontade construtiva peculiar no seu próprio campo.

Luta política e guerra militar. Na guerra militar, alcançado o objetivo estratégico — destruição do exército inimigo

e ocupação do seu território — chega-se à paz. Além do mais, deve-se observar que, para que a guerra termine, é bastante que o objetivo estratégico seja alcançado apenas potencialmente: é suficiente não haver mais dúvidas de que um exército não *pode mais* lutar e de que o exército vitorioso "pode" ocupar o território inimigo. A luta política é muitíssimo mais complexa: em *certo sentido* pode ser comparada às guerras coloniais ou às velhas guerras de conquista, quando o exército vitorioso ocupa ou se propõe *ocupar* permanentemente todo ou uma parte do território conquistado. Então, o exército vencido é desarmado e dissolvido, mas a luta continua *no* terreno político e da "preparação" militar.

Assim a luta política da Índia contra os ingleses (e, em certa medida, a luta da Alemanha contra a França ou da Hungria contra a Pequena *Entente*) conhece três formas de guerra: de movimento, de posição e subterrânea. A resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que em determinados momentos se transforma em guerra de movimento e, em outros, em guerra subterrânea: o boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimento, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea. Há uma forma de *arditismo;* mas ela é empregada com muita ponderação. Se os ingleses estivessem convencidos da preparação de um grande movimento insurrecional destinado a esmagar a sua atual superioridade estratégica (que consiste, em certo sentido, na sua possibilidade de manobrar através de linhas internas e de concentrar as suas forças no ponto "esporadicamente" mais perigoso) com um levante em *massa* — isto é, *obrigando-os* a dispersar forças num teatro bélico tornado simultaneamente geral — a eles conviria *provocar* a iniciativa prematura das forças *indianas* para identificá-las e destruir o movimento geral. Da mesma forma conviria à França que a direita nacionalista alemã se envolvesse num golpe do Estado aventureiro que levasse a organização militar ilegal presumida a se manifestar prematuramente, permitindo uma intervenção *tempestiva* do ponto de vista francês. Assim, nestas formas de luta mistas, de caráter militar fundamental e de caráter político preponderante (mas cada luta *política* tem sempre um substrato militar), o emprego dos grupos de assalto exige uma formulação tática original, para cuja concepção a experiência da guerra *só* pode dar um estímulo, não um modelo.

Tratamento à parte deve ser dado à questão dos *comitagi* balcânicos, que estão ligados a condições particulares do ambiente *físico-geográfico* regional, à formação das classes rurais e também à eficiência real dos governos. O mesmo se deve fazer em relação aos grupos *irlandeses*, cuja forma de guerra e de organização se vinculava à estrutura social irlandesa. Os *comitagi*, os irlandeses e as outras *formas* de guerra de guerrilhas devem ser separadas da questão do *arditismo*, embora pareçam ter pontos de contato com ele. Estas formas de luta *são próprias* de minorias débeis, mas exasperadas, contra maiorias bem organizadas; enquanto que o *arditismo* moderno pressupõe uma grande reserva, imobilizada por várias razões, mas potencialmente eficiente, que o sustenta e alimenta com contribuições individuais.

A relação existente em 1917-18 entre as formações de assalto e o exército no seu complexo pode levar e *já* levou os dirigentes *políticos* a errôneas formulações de planos de luta. Esquece-se: 1) que os grupos de assalto *(arditi)* são simples formações táticas e pressupõem um exército pouco eficiente mas não completamente inerte: pois se a disciplina e o espírito militar relaxaram até ao ponto de aconselhar *uma* nova disposição *tática*, em certa medida não deixaram de existir, pois a nova disposição tática corresponde exatamente à disciplina e ao espírito militar; de *outro* modo, seria a derrota total e a fuga; 2) que não é necessário considerar o *arditismo* como um sinal da combatividade geral da *massa militar*, mas vice-versa, como um sinal da sua passividade e da sua relativa desmoralização. Isto deve ser compreendido através do *critério* geral de que as *comparações* entre a arte militar e a política devem ser sempre estabelecidas *cum grano salis*, isto é, apenas como estímulos ao *pensamento* e como termos simplificativos *ad absurdum*. Efetivamente, na militância política não existe a sanção penal implacável para *quem* erra *ou* não obedece *pontualmente*, falta o julgamento marcial, além de que o dispositivo político não se compara nem de longe ao dispositivo militar.

Na luta política, além das guerras de movimento, de cerco ou de posição, existem outras formas. O verdadeiro *arditismo*, o *arditismo* moderno, é próprio da guerra de posição, como se viu em 1914-18. Também a guerra de movimento e

a guerra de cerco dos períodos anteriores tinham os seus *arditi*, em certo sentido; a cavalaria ligeira e pesada, os *bersaglieri*, etc., as armas ligeiras em geral desempenhavam em parte uma função de grupos de assalto. Na arte de organizar as patrulhas manifestava-se o embrião do *arditismo* moderno. Embrião que surgia com mais vigor na guerra de cerco do que na guerra de movimento: serviço de patrulhas mais amplo e especialmente arte de organizar sortidas imprevistas e imprevistos assaltos com elementos escolhidos.

Outro elemento a se levar em conta é o seguinte: na luta política não é necessário imitar os métodos de luta das classes dominantes, sem cair em emboscadas fáceis. Nas lutas atuais muitas vezes verifica-se este fenômeno: uma organização estatal debilitada é como um exército enfraquecido; entram em ação os grupos de assalto, isto é, as organizações armadas privadas, que têm duas missões: usar a ilegalidade, enquanto o Estado parece permanecer na legalidade, como meio para reorganizar o próprio Estado. Acreditar que se possa opor à atividade privada ilegal outra atividade semelhante, isto é, combater o *arditismo* com o *arditismo*, é uma tolice; significa acreditar que o Estado permaneça eternamente inerte, o que jamais ocorre, além das outras condições diversas. O caráter de classe leva a uma diferença fundamental: uma classe que deve trabalhar diariamente num horário determinado não pode ter organizações de assalto permanentes e especializadas, como uma classe que desfruta de amplas possibilidades financeiras e não está ligada, por todos os seus membros, a um trabalho fixo. Em qualquer hora do dia e da noite estas organizações, tornadas profissionais, podem vibrar golpes decisivos e atacar de imprevisto. Portanto, a tática dos grupos de assalto não pode ter, para determinadas classes, a mesma importância que para outras; para determinadas classes é necessária, porque própria, a guerra de movimento e de manobra, que, no caso da luta política, pode-se combinar com um útil e talvez indispensável uso da tática dos grupos de assalto. Mas fixar-se no modelo militar é tolice: a política deve, também neste caso, ser superior à parte militar, e só a política cria a possibilidade da manobra e do movimento.

De tudo o que se disse, resulta que no fenômeno do *arditismo* militar é necessário distinguir entre função técnica e

função político-militar: como função de arma especial, o *arditismo* foi aplicado por todos os exércitos na guerra mundial; como função político-militar verificou-se nos países politicamente não-homogêneos e enfraquecidos, cuja expressão era um exército nacional pouco combativo e um Estado-Maior burocratizado e fossilizado na carreira.

A propósito das comparações entre os conceitos de guerra de movimento e de guerra de posição na arte militar e os conceitos relativos na arte política, deve-se recordar o opúsculo de Rosa[1], traduzido para o italiano em 1919 por C. Alessandri (traduzido do francês).

No opúsculo teoriza-se um pouco apressadamente e também superficialmente sobre as experiências históricas de 1905: efetivamente, Rosa desprezou os elementos "voluntários" e organizativos, muito mais difundidos e eficientes naqueles acontecimentos do que ela pudesse crer em virtude de certo preconceito "economista" e espontaneísta. Todavia, este opúsculo (e outros ensaios do mesmo autor) é um dos documentos mais significativos da teorização da guerra de movimento aplicada à arte política. O elemento econômico imediato (crises, etc.) é considerado como a artilharia de campo que na guerra abre a brecha na defesa inimiga, brecha suficiente para que as tropas irrompam e obtenham um sucesso definitivo (estratégico), ou pelo menos um sucesso importante no sentido da linha estratégica. Naturalmente, na ciência histórica a eficácia do elemento econômico imediato era considerada muito mais complexa do que a da artilharia pesada na guerra de movimento, pois este elemento era concebido como tendo um duplo efeito: 1) abrir a brecha na defesa inimiga, depois de ter desbaratado e levado as suas fileiras a perder a fé em si, nas suas forças e no seu futuro; 2) organizar rapidamente as suas tropas, criar os quadros, ou, pelo menos, colocar os quadros existentes (criados até então pelo processo histórico geral) com rapidez no posto que lhes cabia no enquadramento das tropas disseminadas; 3) criar imediatamente a concentração ideológica da identidade do fim a ser alcançado. Era uma forma de férreo determinismo economista, com a agravante de que os efeitos eram concebidos como rapidíssimos no tem-

1 Rosa de Luxemburgo, *Lo sciopero generale — il partito e i sindacati*, S. E. "Avanti!", Milão, 1919. (N. e I.)

po e no espaço; por isso constituía um verdadeiro misticismo histórico, a expectativa de uma espécie de fulguração milagrosa.

A observação do General Krasnov (no seu romance)[1] de que a *Entente* (que não queria uma vitória da Rússia imperial, para que não se resolvesse definitivamente a favor do czarismo a questão oriental) impôs ao Estado-Maior russo a guerra de trincheira (absurda, em virtude da extensão da frente — do Báltico ao Mar Negro e com grandes zonas pantanosas e boscosas), enquanto que a única possível era a guerra de movimento, é uma tolice. Na realidade, o exército russo tentou a guerra de movimento e de penetração, especialmente no setor austríaco (mas também na Prússia Oriental) e alcançou êxitos brilhantes, embora efêmeros. A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha uma superioridade esmagadora sobre o inimigo, e é sabido quantas perdas custou a obstinação dos Estados-Maiores em não quererem reconhecer que a guerra de posição era "imposta" pela relação geral das forças em choque. Efetivamente, a guerra de posição não é determinada apenas pela luta de trincheira, mas por todo o dispositivo organizativo e industrial que suporta o exército combatente; e é imposta especialmente pelo tiro rápido dos canhões, das metralhadoras, dos mosquetões, pela concentração das armas num determinado ponto, além de que pela abundância do fornecimento, que permite a substituição rápida do material perdido depois de uma penetração e de um recuo. Outro elemento é a grande massa de homens que participam do dispositivo, de valor muito desigual e que só podem operar como massa. Vê-se como na frente oriental uma coisa era irromper no setor alemão, e outra no setor austríaco, e como num setor austríaco reforçado por tropas escolhidas alemãs e comandado por alemães a tática do irrompimento acabava em desastre. Verificou-se a mesma coisa na guerra polonesa de 1920, quando o avanço que parecia irresistível foi detido às portas de Varsóvia pelo General Weygand na linha comandada por oficiais franceses. Os próprios técnicos militares que se fixaram definitivamente na guerra de posição, como antes se fixavam na guerra de manobra, de modo algum sustentam que o tipo precedente deva ser riscado da ciência; mas que, nas guerras entre os Estados mais avançados civil e industrialmente, ele deve-se reduzir a funções táticas mais do que estratégicas, deve ser considerado na mesma posição que a guerra de cerco em relação à guerra de manobra.

A mesma redução deve-se verificar na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a "sociedade civil" transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às "irrupções" catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna. Da mesma forma que ocorria na guerra, quando um nutrido fogo de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário, mas, na realidade, só o atingira na sua superfície externa, e no momento do ataque os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente, assim ocorre na política durante as grandes crises econômicas; nem as tropas atacantes, em virtude da crise, organizam-se rapidamente no tempo e no espaço, nem muito menos adquirem um espírito agressivo; reciprocamente, os atacados não se desmoralizam, nem abandonam as defesas, mesmo entre ruínas, nem perdem a confiança na sua força e no seu futuro. É claro que as coisas não permanecem tais como eram, mas também é certo que o elemento da rapidez, do tempo acelerado, da marcha progressista definitiva não aparecerão de acordo com o que esperavam os estrategistas do *cadornismo* político.

O último fato desta natureza na história política foram os acontecimentos de 1917. Eles assinalaram uma reviravolta decisiva na história da arte e da ciência políticas. Portanto, é necessário estudar com "profundidade" quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição. Digo com "profundidade" intencionalmente, pois eles foram estudados, mas a partir de pontos de vista superficiais e banais, como certos estudiosos do vestuário estudam as curiosidades da moda feminina, isto é, com a persuasão de que certos fenômenos são destruídos depois de explicados "realisticamente", como se fossem superstições populares (que, de resto, também não se destroem ao serem explicadas).

[1] PIOTR KRASNOV, *Dall'aquila imperiale alla bandiera rossa*, Florença, Salani, 1928. (N. e I.)

/ Deve-se examinar se a famosa teoria de Bronstein sôbre a *permanência*[1] do movimento não é reflexo político da teoria da guerra manobrada (recordar a observação do general dos cossacos Krasnov), em última análise o reflexo das condições gerais econômicas-culturais-sociais de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e relaxados e não se podem tornar "trincheira ou fortaleza". Neste caso poder-se-ia dizer que Bronstein, que aparece como um "ocidentalista", era, ao contrário, um cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista ou europeu. Ilich,[2] ao contrário, era profundamente nacional e profundamente europeu.

Bronstein recorda nas suas memórias terem-lhe dito que a sua teoria se revelara boa quinze anos. . . depois, e responde ao epigrama com outro epigrama. Na realidade, a sua teoria, como tal, não era boa nem quinze anos antes, nem quinze anos depois: como sucede com os obstinados, dos quais fala Guicciardini, ele adivinhou em grosso, teve razão na previsão prática mais geral; da mesma forma que se prevê que uma menina de quatro anos se tornará mãe, e quando isto ocorre, vinte anos depois, se diz "adivinhei", esquecendo porém que quando a menina tinha quatro anos se tentara estuprá-la, certo de que se tornaria mãe. Parece-me que Ilich compreendeu que se verificara uma modificação da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917,[3] para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num espaço estreito podiam acumular quantidades indiscriminadas de munição, onde os quadros sociais eram de per si ainda capazes de se tornarem trincheiras municiadíssimas. Parece-me que esta seja a fórmula da "frente única", que corresponde à concepção de uma única frente da *Entente* sob o comando único de Foch.

Só que Ilich não teve tempo de aprofundar a sua fórmula, mesmo levando em conta que ele podia aprofundá-la teoricamente apenas, desde que a missão fundamental era nacional, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil, etc. No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional.

A teoria de Bronstein pode ser comparada à teoria de certos sindicalistas franceses sobre a greve geral e à teoria de Rosa no opúsculo traduzido por Alessandri: os opúsculos de Rosa e a teoria de Bronstein, além do mais, influenciaram os sindicalistas franceses, como se depreende de determinados artigos de Rosmer sobre a Alemanha em *Vie Ouvrière* (primeira série em fascículos). Eles, em parte, também dependem da teoria da espontaneidade.

1. A teoria da "revolução permanente" de Trotski. (N. e I.)
2. Lenin. (N. e I.)
3. Na Rússia. (N. e I.)

O conceito de revolução passiva. O conceito de "revolução passiva" deduz-se rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontrarem lugar para um ulterior movimento progressista; 2) a sociedade não assume compromissos para cuja solução ainda não tenham surgido as condições necessárias, etc. Assim, devem ser reportados à descrição dos três momentos fundamentais que podem distinguir uma "situação" ou um equilíbrio de forças com o máximo de valorização do segundo momento ou equilíbrio das forças políticas e, especialmente, do terceiro momento ou equilíbrio político-militar.

Observa-se que Pisacane, nos seus *Saggi*, preocupa-se com este terceiro momento: ele compreende, diferentemente de Mazzini, toda a importância da presença na Itália de um aguerrido exército austríaco, sempre pronto a intervir em qualquer ponto da península, e que, além do mais, tem atrás de si toda a potência militar do império dos Absburgo, uma matriz sempre pronta a formar novos exércitos de reforço. Outro elemento histórico a ser citado é o desenvolvimento do cristianismo no seio do Império Romano, assim como o fenômeno atual do gandhismo na Índia e a teoria da não-resistência ao

mal, de Tolstoi, que tanto se aproximam da primeira fase do cristianismo (antes do édito de Milão). O gandhismo e o tolstoísmo são teorizações ingênuas e com tintura religiosa da "revolução passiva". Também devem ser citados alguns movimentos chamados "liquidacionistas" e as reações que suscitaram, em relação com os tempos e as formas de determinadas situações (especialmente do terceiro momento). O ponto de partida para o estudo é o trabalho de Vincenzo Cuoco; mas é evidente que a expressão de Cuoco a respeito da revolução napolitana de 1799 não passa de uma alusão, pois o conceito está completamente modificado e enriquecido.

O conceito de "revolução passiva", atribuído por Vincenzo Cuoco ao primeiro período do *Risorgimento* italiano, pode ser relacionado com o conceito de "guerra de posição", em confronto com a guerra manobrada? Isto é, estes conceitos surgiram depois da Revolução Francesa, e o binômio Proudhon-Gioberti pode ser justificado com o pânico criado pelo terror de 1793, como o sorelianismo com o pânico que se seguiu aos massacres de Paris em 1871? Existe uma identidade absoluta entre guerra de posição e revolução passiva? Existe, pelo menos, ou pode ser concebido todo um período histórico em que os dois conceitos devem-se identificar até que a guerra de posição se transforme em guerra manobrada?

É necessário formular um juízo "dinâmico" sobre as "restaurações", que constituiriam uma "astúcia da providência" em sentido vichiano. Um problema existe: na luta Cavour-Mazzini, em que Cavour é o expoente da revolução passiva-guerra de posição e Mazzini da iniciativa popular-guerra manobrada, não serão ambos indispensáveis na mesma medida? Todavia, é necessário levar em conta que, enquanto Cavour tinha consciência da sua missão (pelo menos em certa medida), enquanto compreendia a missão de Mazzini, este parece que não tinha consciência da sua e da missão de Cavour; se, ao contrário, Mazzini tivesse adquirido esta consciência, isto é, se fosse um político realista, e não um apóstolo iluminado (se não tivesse sido Mazzini) o equilíbrio resultante da confluência das duas atividades seria diferente, mais favorável ao mazzinianismo: o Estado italiano ter-se-ia constituído sobre bases menos atrasadas e mais modernas. E já que em cada acontecimento histórico verificam-se quase sempre situações semelhantes, deve-se ver se não é possível extrair daí alguns princípios gerais de ciência e de arte

políticas. Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (documentando-se no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. Assim, no *Risorgimento* italiano viu-se como a passagem ao cavourismo (depois de 1848) de novos elementos do Partido de Ação modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo, de um lado, e, de outro, empobrecendo o movimento mazziniano (a este processo pertencem também as oscilações de Garibaldi, etc.). Logo, este elemento é a fase originária daquele fenômeno que se chamou mais tarde "transformismo", cuja importância, parece, não foi até agora dimensionada devidamente como forma de desenvolvimento hitórico.

Insistir no aprofundamento do conceito de que, enquanto Cavour tinha consciência da sua missão e consciência crítica da missão de Mazzini, este, em virtude de não ter quase ou nenhuma consciência da missão de Cavour, estava, na realidade, pouco consciente da sua própria missão. Daí derivaram as suas vacilações (em Milão, no período posterior às *Cinco Jornadas* e em outras ocasiões) e as suas iniciativas fora de tempo, que por isso configuravam-se apenas como elementos úteis à política piemontesa. Eis um exemplo teórico sobre como devia ser compreendida a dialética apresentada em a *Miséria da Filosofia*: que cada membro da oposição deve procurar ser integralmente ele mesmo e lançar na luta todas as suas "reservas" políticas e morais, e que só assim se consegue uma superação real, nada disso era compreendido nem por Proudhon, nem por Mazzini. Dir-se-á que nem Gioberti e nem os teóricos da revolução passiva ou "revolução-restauração"[1] compreenderam o fenômeno, mas a questão neste caso se modifica: neles, a "incompreensão" teórica era a expressão prática das necessidades da "tese" de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar "superar". Isto é, na oposição dialética só a tese desenvolve, na

[1] Consultar a literatura política sobre 1848, de autoria de estudiosos da filosofia da praxis. Mas não me parece que se possa esperar muito neste sentido. Os acontecimentos italianos, por exemplo, só foram examinados sob o ângulo dos livros de Bolton King, etc.

realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese: exatamente nessa formulação consiste a revolução passiva ou revolução-restauração. Neste ponto deve-se considerar a questão da passagem da luta política de "guerra manobrada" para "guerra de posição", o que na Europa ocorreu depois de 1848, e que não foi compreendido por Mazzini e pelos mazzinianos como o foi por outros. A mesma passagem verificou-se depois de 1871, etc. Homens como Mazzini tinham dificuldades de compreender, então, a questão, dado que as guerras militares não haviam fornecido o modelo; ao contrário, as doutrinas militares desenvolviam-se no sentido da guerra de movimento. É preciso ver se Pisacane, teórico militar do mazzinianismo, refere-se à questão.

Pisacane deve ser estudado porque foi o único que tentou dar ao *Partido de Ação* um conteúdo não só formal, mas substancial: de antítese superadora das posições tradicionais. Não se pode dizer que para obter estes resultados hitóricos fosse necessária a insurreição popular armada, como acreditava Mazzini obsessivamente, isto é, não realisticamente, mas como missionário religioso. A intervenção popular, que não foi possível na forma concentrada e simultânea da insurreição, não se verificou nem mesmo na forma "difusa" e capilar da pressão indireta, o que era possível e talvez fosse a premissa indispensável para a primeira forma. A forma concentrada ou simultânea tornara-se impossível em virtude da técnica militar da época, mas só em parte. Isto é, a impossibilidade existiu na medida em que a forma concentrada e simultânea não foi precedida de uma preparação política e ideológica de longo fôlego, organicamente predisposta a despertar as paixões populares e tornar possível a concentração e a eclosão simultânea do movimento.

Depois de 1848, só os moderados fizeram a crítica dos métodos que precederam ao fracasso. Efetivamente, todo o movimento moderado se renovou, o neoguelfismo foi liquidado, homens novos ascenderam aos principais cargos de direção. No mazzinianismo, ao contrário, nenhuma autocrítica, ou então autocrítica liquidacionista no sentido de que muitos elementos abandonaram Mazzini e organizaram a ala esquerda do partido piemontês; única tentativa "ortodoxa", interna, foram os ensaios de Pisacane, que, entretanto, jamais se tornaram a plataforma de uma nova política orgânica, não obstante o próprio Mazzini ter reconhecido que Pisacane formulara uma "concepção estratégica" da revolução nacional italiana.

A relação "revolução passiva-guerra de posição" no *Risorgimento* italiano também pode ser estudada sob outros aspectos. Dois são importantíssimos: o que pode denominar-se do "pessoal" e o da "reunião revolucionária". O do "pessoal" pode ser comparado com o que se verificou na guerra mundial, na relação entre oficiais de carreira e oficiais da reserva, de um lado, e entre soldados das fileiras e voluntários-*arditi*, de outro. Os oficiais de carreira corresponderam, no *Risorgimento*, aos partidos políticos regulares, organizados, tradicionais, etc., que no momento da ação (1848) revelaram-se inaptos ou quase, e foram, em 1848-49, suplantados pela onda popular mazziniano-democrática, onda caótica, desordenada, "extemporânea" por assim dizer, mas que, todavia, liderada por chefes improvisados ou quase (de qualquer modo não pertencentes a formações constituídas como era o partido moderado) obteve sucessos indubitavelmente maiores do que os obtidos pelos moderados: a República romana e Veneza revelaram uma força de resistência notável. No período posterior a 1848, a relação entre as duas forças, a regular e a "carismática", organizou-se em torno de Cavour e de Garibaldi, e deu o máximo resultado, embora posteriormente fosse aproveitada por Cavour.

Este aspecto está ligado ao outro, da "reunião". Deve-se observar que a dificuldade técnica contra a qual sempre se chocavam as iniciativas mazzinianas foi exatamente aquela da "reunião revolucionária". Seria interessante, a partir deste ponto de vista, estudar a tentativa de invasão da Savóia efetuada pelo General Ramorino, pelos irmãos Bandiera, por Pisacane, etc., comparando-a com as situações que se ofereceram a Mazzini em 1848, em Milão, e em 1849, em Roma, e que ele não teve capacidade de organizar. Essas tentativas de alguns poucos não podiam deixar de ser esmagadas no nascedouro, pois seria maravilhoso que as forças reacionárias, que estavam concentradas e podiam operar livremente (isto é, não encontravam nenhuma oposição em amplos movimentos da população), não pudessem esmagar as iniciativas do tipo Ramorino, Pisacane, Bandiera, mesmo que elas tivessem sido preparadas melhor do que o foram na realidade. No segundo período (1859-1860), a "reunião revolucionária", como aquela

dos Mil de Garibaldi, tornou-se possível graças ao fato de que: primeiro, Garibaldi apoiava-se nas fôrças estatais piemontesas, e, depois, que a frota inglesa protegeu de fato o desembarque em Marsala, a tomada de Palermo e esterilizou a frota bourbônica. Em Milão, depois das Cinco Jornadas e na Roma republicana, Mazzini teria podido constituir praças de armas para reuniões organizadas; mas não se propôs fazê-lo, daí o seu conflito com Garibaldi em Roma e a sua inutilização em Milão, diante de Cattaneo e do grupo democrático milanês.

De qualquer forma, o curso do processo do *Risorgimento*, se trouxe à luz a importância enorme do movimento "demagógico" de massa, com chefes surgidos ao acaso, improvisados, etc., na realidade foi absorvido pelas fôrças organizadas tradicionais, pelos partidos formados ao longo do tempo, com elaboração racional dos chefes, etc. Em todos os acontecimentos políticos do mesmo tipo o resultado sempre foi igual (assim em 1830, na França, a predominância dos orleanistas sobre as fôrças populares radicais democráticas, e assim, no fundo, na Revolução Francesa de 1789, em que Napoleão representa, em última análise, o triunfo das fôrças burguesas organizadas contra as fôrças pequeno-burguesas jacobinas). Da mesma forma na guerra mundial, o predomínio dos velhos oficiais de carreira sobre os oficiais da reserva, etc. Em qualquer caso, a ausência entre as fôrças radicais-populares de uma consciência da missão da outra parte, impediu-as de ter plena consciência da sua própria missão e, portanto, de pesar no equilíbrio final das fôrças em relação ao seu efetivo poder de intervenção e, finalmente, de determinar um resultado mais avançado, num sentido de maior progresso e mais moderno.

Sempre a propósito do conceito de "revolução passiva" ou de "revolução-restauração" no *Risorgimento* italiano, é necessário colocar com exatidão o problema que, em algumas tendências historiográficas, é denominado das relações entre condições objetivas e condições subjetivas do evento histórico. Parece que as condições subjetivas existem sempre que existirem condições objetivas, isto na medida em que se trata de simples distinção de caráter didático: logo, a discussão pode versar sobre o grau e a intensidade das fôrças subjetivas, sobre a relação dialética entre as fôrças subjetivas contrastantes.

É preciso evitar que a questão seja colocada em têrmos "intelectualísticos", e não histórico-políticos. É pacífico que a

"clareza" intelectual dos têrmos da luta deve ser indispensável. Mas esta clareza é um valor político quando se torna paixão generalizada e constitui a premissa de uma vontade forte. Nos últimos tempos, em muitas publicações sôbre o *Risorgimento*, "revelou-se" que existiam personalidades que viam claro, etc. (veja-se a valorização de Ornato feita por Piero Gobetti); mas estas "revelações" destroem-se por si mesmas, exatamente por serem revelações; elas demonstram que se tratava de elucubrações individuais, que hoje representam uma forma do "senso *a posteriori*". Efetivamente, jamais se fundiram com a realidade fatual, jamais se tornaram consciência popular-nacional geral e atuante. Qual dos dois, o Partido de Ação ou o Partido Moderado, representou as "fôrças subjetivas" efetivas do *Risorgimento*? É claro que o Partido Moderado, e exatamente porque teve consciência inclusive da missão do Partido de Ação. Em virtude dessa consciência, a sua "subjetividade" era de uma qualidade superior e mais decisiva. Na expressão de Vitório Emanuel II: "O Partido de Ação nós o temos no bôlso", há mais sentido histórico-político do que em tôda a obra de Mazzini.

Sobre a burocracia. 1) O fato de que no desenvolvimento histórico das formas políticas e econômicas viesse se formando o tipo de funcionário "de carreira", tecnicamente preparado para o trabalho burocrático (civil e militar), tem um significado primordial na ciência política e na história das formas estatais. Tratou-se de uma necessidade ou de uma degeneração, em relação ao autogoverno (*selfgovernment*), como pretendem os livre-cambistas "puros"? É verdade que cada forma social e estatal teve um seu problema dos funcionários, um modo seu de apresentá-lo e resolvê-lo, um sistema particular de seleção, um tipo próprio de funcionário a educar. Reveste-se de capital importância reconstruir o desenvolvimento de todos estes elementos. O problema dos funcionários coincide, em parte, com o problema dos intelectuais. Mas, se é verdade que cada nova forma social teve necessidade de um novo tipo de funcionário, também é verdade que os novos grupos dirigentes jamais puderam prescindir, pelo menos durante certo tempo, da tradição e dos interesses constituídos, isto é, das formações de funcionários já existentes e pré-constituídas quando do

seu advento (especialmente nas esferas eclesiástica e militar). A unidade do trabalho manual e intelectual e uma ligação mais estreita entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo (pela qual os funcionários eleitos, além de controlar, se interessam pelos negócios de Estado) podem ser motivos inspiradores tanto para uma orientação nova na solução do problema dos intelectuais, como para o problema dos funcionários.

2) Vinculada à questão da burocracia e da sua organização "ótima", está a discussão sobre os chamados "centralismo orgânico" e "centralismo democrático" (que, além do mais, não tem nada que ver com a democracia abstrata, tanto que a Revolução francesa e a Terceira República desenvolveram formas de centralismo orgânico não conhecidas nem pela monarquia absoluta e nem por Napoleão I). Devem ser procuradas e examinadas as relações econômicas e políticas reais que encontram a sua forma de organização, a sua articulação e a sua funcionalidade nas diversas manifestações de centralismo orgânico e democrático em todos os campos: na vida estatal (unitarismo, federação, união de Estados federados, federação de Estados ou Estado federal, etc.); na vida interestatal (alianças, formas várias de "constelação" política internacional); na vida das associações políticas e culturais (maçonaria, Rotary Clube, Igreja católica); sindicais, econômicas (cartéis, trustes); num mesmo país, em diversos países, etc.

Polêmicas surgiram no passado (antes de 1914) a propósito do predomínio alemão na vida da alta cultura e de algumas forças políticas internacionais: era, de fato, real este predomínio, ou em que consistia ele? Pode-se dizer: a) nenhum vínculo orgânico e disciplinar estabelecia essa supremacia, que, portanto, era um mero fenômeno de influência cultural abstrata e de prestígio bastante instável; b) esta influência cultural não atingia em nada a atividade fatual, que, vice-versa, era desagregada, localista, sem orientação de conjunto. Não se pode falar, por isso, de nenhum centralismo, nem orgânico nem democrático e nem de outro gênero ou misto. A influência era sentida de imediato por escassos grupos intelectuais sem ligação com as massas populares; e exatamente esta ausência de ligação caracterizava a situação. Todavia, tal estado de coisas é digno de exame porque facilita explicar o processo que levou a formular as teorias do centralismo orgânico, que foram precisamente uma crítica unilateral e de intelectuais à desordem e à dispersão de forças.

Entretanto, é preciso distinguir nas teorias do centralismo orgânico entre aquelas que ocultam um programa preciso de predomínio real de uma parte sobre o todo (seja a parte constituída por uma camada como a dos intelectuais, seja a parte constituída por um grupo territorial "privilegiado) e aquelas que representam uma pura posição unilateral de sectários e fanáticos, e que mesmo podendo esconder um programa de predomínio (em geral de uma individualidade, como a do Papa infalível que levou o catolicismo a se transformar numa espécie de culto do pontífice), imediatamente não parece ocultar tal programa como fato político consciente. O nome mais exato seria o de centralismo burocrático. A "organicidade" só pode ser do centralismo democrático, que é um centralismo em movimento, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de temperar os impulsos da base com o comando da cúpula, um inserimento contínuo dos elementos que brotam do mais fundo da massa na cornija sólida do aparelho de direção que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências. Ele é "orgânico" porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelar-se da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é estável e permanente, ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc. Este elemento de estabilidade no Estado encarna-se no desenvolvimento orgânico do núcleo central do grupo dirigente, da mesma forma que sucede em escala mais restrita na vida dos partidos. A predominância do centralismo burocrático no Estado indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num corrilho estreito que tende a perpetuar os seus mesquinhos privilégios controlando, ou inclusive sufocando, o surgimento de forças contrastantes, mesmo se estas fôrças se confundem com os interesses dominantes fundamentais (por exemplo, nos sistemas rigidamente protecionistas em luta com o liberalismo econômico). Nos partidos que representam grupos socialmente subalternos, o elemento de estabilidade é necessário para assegurar a hegemonia não a grupos privilegiados, mas aos elementos progressistas, organicamente progressistas em relação a outras fôrças afins e aliadas, mas conciliadoras e oscilantes.

De qualquer modo, deve-se destacar que as manifestações deformantes de centralismo burocrático ocorreram em virtude de deficiência de iniciativa e de responsabilidade na base, isto é, do primitivismo político das forças periféricas, inclusive quando elas são da mesma natureza do grupo territorial hegemônico (fenômeno do *piemontesismo* nos primeiros decênios da unidade italiana). A existência de tais situações nos organismos internacionais (Sociedade das Nações) pode ser prejudicial e perigosa.

O centralismo democrático oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações; ela vive enquanto é interpretada e adaptada continuamente às necessidades. Ela consiste na pesquisa crítica de tudo que é igual na aparente disformidade, e diferente e inclusive oposto na aparente uniformidade para organizar e ligar estreitamente tudo o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão pareçam uma necessidade prática e "indutiva", experimental, e não o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, isto é, próprio dos intelectuais puros (ou puros asnos). Este trabalho contínuo para selecionar o elemento "internacional" e "unitário" na realidade nacional e local é, na realidade, a ação política concreta, a única atividade criadora de progresso histórico. Este trabalho requer uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados. As fórmulas de unidade e federação perdem grande parte do seu significado deste ponto de vista, enquanto conservam o seu veneno na concepção burocrática, pela qual a unidade deixa de existir e se transforma como que num pântano de águas estagnadas, superficialmente calmo e "mudo", e a federação num "saco de batatas", isto é, na justaposição mecânica de "unidades" individuais sem nexo entre elas.

O teorema das proporções definidas. Este teorema pode ser empregado com utilidade para tornar mais claros e de um esquematismo mais evidente muitos raciocínios relacionados com a ciência da organização (o estudo do aparelho administrativo, da composição demográfica, etc.) e também com a política geral (na análise das situações, das relações de forças, no problema dos intelectuais, etc.). Deve-se recordar sempre, é claro, que o recurso ao teorema das proporções definidas tem um

valor esquemático e metafórico, isto é, não pode ser aplicado mecanicamente, porque nos agregados humanos o elemento qualitativo (ou de capacidade técnica e intelectual de cada um dos seus componentes) tem uma função predominante, enquanto não pode ser medido matematicamente. Por isso, pode-se dizer que cada aglomerado humano tem um princípio *ótimo* particular de proporções definidas.

Especialmente a ciência da organização pode recorrer com utilidade a este teorema, e isto manifesta-se com clareza no exército. Mas cada forma de sociedade tem um tipo de exército, e cada tipo de exército tem um princípio de proporções definidas particular, que, de resto, também muda de acordo com as diversas armas ou especialidades. Há uma determinada relação entre homens de tropa, graduados, suboficiais, oficiais subalternos, oficiais superiores, Estados-Maiores, Estado-Maior Geral, etc. Há uma relação entre as várias armas e especialidades, etc. Cada modificação numa parte determina a necessidade de um equilíbrio com o todo, etc.

Politicamente, o teorema pode ser aplicado nos partidos, nos sindicatos, nas fábricas, para se ver como cada grupo social tem uma lei de proporções definidas própria, que varia de acordo com o nível de cultura, de independência mental, de espírito de iniciativa e de senso de responsabilidade e de disciplina dos seus membros mais atrasados e periféricos.

A lei das proporções é sintetizada da seguinte forma por Pantaleone, em *Principi di economia pura*: "... Os corpos se combinam quimicamente apenas em proporções definidas, e cada quantidade de um elemento, que supere a quantidade exigida para uma combinação com outros elementos presentes em quantidades definidas, fica *livre;* se a quantidade de um elemento é deficiente em relação à quantidade de outros elementos presentes, a combinação só se verifica na medida em que é suficiente a quantidade do elemento que está presente em *quantidade menor* do que os outros".[1] Seria possível servir-se metaforicamente desta lei para compreender como um "movimento" ou tendência de opiniões se torna partido, isto é, força política eficiente, do ponto de vista do exercício do poder governamental: exatamente na medida em que possui (elaborou no seu interior)

[1] Maffeo Pantaleone, *Principi di economia pura*, Milão, 1931, parág. 5, pág. 112. (N. e I.)

dirigentes de vários graus e na medida em que esses dirigentes adquiriram determinadas capacidades.

O "automatismo" histórico de determinadas premissas (a existência de determinadas condições objetivas) é potenciado politicamente pelos partidos e pelos homens capazes: a sua ausência ou deficiência (quantitativa e qualitativa) torna estéril o próprio "automatismo" (que, portanto, não é automatismo). As premissas existem abstratamente, mas as conseqüências não se verificam porque falta o fator humano. Por isso pode-se dizer que os partidos têm a missão de criar dirigentes capazes, são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido (que é uma quantidade "fixa", na medida em que se pode estabelecer quantos são os componentes de cada grupo social) se articule e, de caos tumultuado, transforme-se em exército político organicamente predisposto. Quando em eleições sucessivas do mesmo grau ou de grau diferente (por exemplo, na Alemanha antes de Hitler: eleições para a presidência da República, para o *Reichstag*, para as dietas dos *Länder*, para os conselhos comunais, e assim até os comitês de fazenda) um partido oscila na sua massa de sufrágios de máximos a mínimos que parecem estranhos e arbitrários, pode-se deduzir que os seus quadros são deficientes em quantidade e qualidade, ou em quantidade e não em qualidade (relativamente), ou em qualidade e não em quantidade. Um partido que obtém muitos votos nas eleições locais e menos naquelas de maior importância política, certamente é deficiente qualitativamente na sua direção central: possui muitos subalternos ou, pelo menos, em número suficiente, mas não possui um Estado-Maior adequado ao país e à sua posição no mundo, etc.

Sociologia e ciência política. A fortuna da sociologia relaciona-se com a decadência do conceito de ciência política e de arte política que se verificou no século XIX (com mais exatidão na segunda metade, com o êxito das doutrinas evolucionistas e positivistas). Tudo o que há de importante na sociologia não passa de ciência política. "Política" torna-se sinônimo de política parlamentar ou de corrilhos pessoais. Convencimento de que com as constituições e os parlamentos tivesse começa-

do uma época de "evolução" "natural", que a sociedade tivesse encontrado os seus fundamentos definitivos, porque racionais, etc. Eis que a sociedade pode ser estudada pelos métodos das ciências naturais. Empobrecimento do conceito de Estado, em conseqüência de tal visão. Se ciência política significa ciência do Estado, e Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados, é evidente que todas as questões essenciais da sociologia não passam de questões da ciência política. Se há um resíduo, esse só pode ser de falsos problemas, isto é, de problemas ociosos. Portanto, a questão que se impunha ao autor de *Saggio popolare*[1] era a de determinar em que relações podia ser colocada a ciência política com a filosofia da praxis; se entre as duas existe identidade (coisa não sustentável, ou sustentável apenas do ponto de vista do mais grosseiro positivismo), ou se a ciência política é o conjunto de princípios empíricos ou práticos que se deduzem de uma concepção mais vasta do mundo ou filosofia propriamente dita, ou se esta filosofia é só a ciência dos conceitos ou categorias gerais que nascem da ciência política, etc.

Se é verdade que o homem só pode ser concebido como homem historicamente determinado, isto é, que se desenvolveu e vive em determinadas condições, num determinado complexo social ou conjunto de relações sociais, pode-se conceber a sociologia apenas como estudo destas condições e das leis que regulam o seu desenvolvimento? Já que não se pode prescindir da vontade e da iniciativa dos próprios homens, este conceito só pode ser falso. Saber o que é a própria "ciência", eis um problema que deve ser colocado. Não é a ciência, em si mesma, "atividade política" e pensamento político, na medida em que transforma os homens, torna-os diferentes do que eram antes? Se tudo é "política", é preciso, para não cair num fraseado tautológico e enfadonho, distinguir com conceitos novos a política que corresponde àquela ciência que tradicionalmente se chama "filosofia" da política, ciência política num sentido estrito. Se a ciência é "descoberta" de realidade ignorada antes, não é esta realidade, em certo sentido, concebida como transcendente? Não se pode pensar que ainda existe algo de "igno-

1 Bukharin. (N. do I.)

to" e, portanto, de transcendente? Além do mais, o conceito de ciência como "criação" não tem o mesmo significado de "política"? Tudo consiste em ver se se trata de criação "arbitrária" ou racional, isto é, "útil" aos homens para ampliar o seu conceito da vida, para tornar superior (desenvolver) a própria vida.[1]

O número e a qualidade nos regimes representativos. Um dos lugares-comuns mais banais que se repetem contra o sistema eleitoral de formação dos órgãos estatais é o de que "nele o número é lei suprema" e que as "opiniões de um imbecil qualquer que saiba escrever (e inclusive de um analfabeto, em determinados países) vale, para efeito de determinar o curso político do Estado, tanto quanto as opiniões de quem dedica à nação as suas melhores forças", etc.[2] Mas a verdade é que, de modo nenhum, o número constitui a "lei suprema", nem o pêso da opinião de cada eleitor é exatamente igual. Os números, mesmo neste caso, são um simples valor instrumental, que dão uma medida e uma relação, e nada mais. E depois, o que é que se mede? Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e de persuasão das opiniões de alguns, das minorias ativas, das *élites*, das vanguardas, etc. Isto é, a sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta. O que não quer dizer que o peso das opiniões de cada um seja "exatamente" igual. As idéias e as opiniões não "nascem" espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, um grupo de homens ou inclusive uma individualidade que as elaborou e apresentou sob a forma política de atualidade. A numeração dos "votos" é a manifestação final de um longo processo em que a maior influência pertence exatamente àqueles que "dedicam ao Estado e à nação as suas melhores forças" (quando são tais). Se êste pretenso grupo de grandes, apesar das fôrças materiais extraordinárias que possui, não obtém o consentimento da maioria, deve ser julgado ou inepto ou não-representante dos interesses

[1] A propósito do *Saggio Popolare* e do seu apêndice, *Teoria e pratica*, veja-se na "Nuova Antologia" de 16 de março de 1933 a resenha filosófica de Armando Carlini, da qual resulta que a equação: "Teoria: prática = matemática pura: matemática aplicada" foi enunciada por um inglês (parece-me que Whitaker).

[2] As formulações são muitas, algumas inclusive mais felizes do que a citada, que é de Mario de Silva, na *Critica Fascista* de 15 de agosto de 1932, mas o conteúdo é sempre igual.

"nacionais" que não podem deixar de prevalecer quando se trata de induzir a vontade nacional num sentido mais do que noutro. "Desgraçadamente", o indivíduo é levado a confundir o seu "particular" com o interêsse nacional, e, portanto, achar "horrível", etc., que a decisão caiba à "lei do número"; na verdade, é melhor se tornar *élite* por decreto. Logo, não se trata de quem "tem muito" intelectualmente sentir-se reduzido ao nível do último analfabeto, mas de quem presume ter muito e pretende arrebatar ao homem "qualquer", inclusive aquela fração infinitesimal de poder que êle possui para decidir sôbre o curso da vida estatal.

Da crítica (de origem oligárquica, e não de *élite*) ao regime parlamentarista (é estranho que êle não seja criticado pelo fato de que a racionalidade historicista do consentimento numérico é sistematicamente falsificada pela influência da riqueza), estas afirmações banais se estenderam a qualquer sistema representativo, mesmo não parlamentarista e não forjado segundo os cânones da democracia formal. O que as torna menos exatas. Nestes outros regimes o consentimento não tem no momento do voto uma fase final, ao contrário.[1] Supõe-se o consentimento permanentemente ativo, até o ponto em que aquêles que consentem poderiam ser considerados como "funcionários" do Estado e as eleições um modo de recrutamento voluntário de funcionários estatais de um determinado tipo, que em certo sentido poderia assemelhar-se (em diversos planos) ao *selfgovernment*. Baseando-se as eleições não em programas genéricos e vagos, mas em programas de trabalho concreto imediato, quem consente empenha-se em fazer algo mais do que o cidadão legal comum para realizá-los, isto é, em ser uma vanguarda de trabalho ativo e responsável. O elemento "voluntariedade" na iniciativa não poderia ser estimulado de outro modo pelas mais amplas multidões, e quando estas não são formadas de cidadãos amorfos, mas de elementos produtivos qualificados, pode-se compreender a importância que pode ter a manifestação do voto.[2]

[1] Alusão ao sistema soviético do contrôle permanente dos eleitores sobre os eleitos. (N. e I.)

[2] Estas observações poderiam ser desenvolvidas mais ampla e organicamente, destacando também outras diferenças entre os diversos tipos de eleição, de acôrdo com as modificações nas relações gerais sociais e políticas: relação entre funcionários eletivos e funcionários de carreira, etc.

A proposição de que "a sociedade não coloca diante de si problemas para cuja solução ainda não existam as premissas materiais". É o problema da formação de uma vontade coletiva que depende imediatamente desta proposição. Analisar criticamente o significado da proposição, implica indagar como se formam as vontades coletivas permanentes, e como tais vontades se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos, isto é, uma linha de ação coletiva. Trata-se de processos de desenvolvimento mais ou menos longos, e raramente de explosões "sintéticas" imprevistas. Também as "explosões" sintéticas se verificam, mas, observando de perto, vê-se que nestes casos trata-se de destruir mais do que reconstruir, de remover obstáculos mecânicos externos ao desenvolvimento original e espontâneo: as *Vésperas* sicilianas podem ser consideradas um exemplo típico dessas explosões.

Seria possível estudar concretamente a formação de um movimento histórico coletivo, analisando-o em todas as suas fases moleculares, o que habitualmente não se faz porque tornaria pesado qualquer trabalho: em vez disso, utilizam-se as correntes de opinião já constituídas em torno de um grupo ou de uma personalidade dominante. É o problema que modernamente se expressa em têrmos de partido ou de coalizão de partidos afins: como se inicia a organização de um partido, como se desenvolve a sua fôrça organizada e influência social, etc. Trata-se de um processo molecular, miudíssimo, de análise extrema, capilar, cuja documentação é constituída por uma quantidade incrível de livros, opúsculos, artigos de revistas e de jornais, de conversações e debates verbais que se repetem infinitas vezes e que no seu conjunto gigantesco representam êste trabalho do qual nasce uma vontade coletiva com um determinado gráu de homogeneidade, grau que é necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultânea no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica.

Importância das utopias e das ideologias confusas e racionalistas na fase inicial dos processos históricos de formação das vontades coletivas: as utopias, o racionalismo abstrato, têm a mesma importância das velhas concepções do mundo historicamente elaboradas por acumulação de experiências sucessivas. O que importa é a crítica à qual êste complexo ideológico é submetido pelos primeiros representantes da nova fase histórica. Através desta crítica obtém-se um processo de distinção

e de modificação no peso relativo que os elementos das velhas ideologias possuíam: tudo o que era secundário e subordinado, ou inclusive incidental, é considerado principal, torna-se o núcleo de um novo complexo ideológico e doutrinário. A velha vontade coletiva desagrega-se nos seus elementos contraditórios, já que os elementos subordinados contidos nestes elementos se desenvolvem socialmente, etc.

Depois da formação do regime dos partidos, fase histórica ligada à estandardização de grandes massas da população (comunicações, jornais, grandes cidades, etc.), os processos moleculares se manifestam com mais rapidez do que no passado, etc.

Questão do "homem coletivo" ou do "conformismo social"

Missão educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre criar novos e mais elevados tipos de civilização, adequar a "civilização" e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. Mas, como cada indivíduo conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como se verificará a pressão educativa sobre cada um com o seu consentimento e colaboração, transformando em "liberdade" a necessidade e a coerção? Questão do "direito", cujo conceito deverá ser ampliado, incluindo nele aquelas atividades que hoje são compreendidas na fórmula "indiferente jurídico" e que são de domínio da sociedade civil que atua sem "sanções" e sem "obrigações" taxativas, mas que nem por isso exerce uma pressão coletiva e obtém resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc.

Conceito político da chamada "revolução permanente", surgido antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 em Termidor. A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou numa só (Paris para a França); aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da

sociedade civil em relação à atividade estatal; determinado sistema das forças militares e do armamento nacional; maior autonomia das economias nacionais no quadro das relações econômicas do mercado mundial, etc. No período posterior a 1870, em virtude da expansão colonial européia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e maciças, e a fórmula jacobino-revolucionária da "revolução permanente" é elaborada e superada na ciência política pela fórmula de "hegemonia civil". Verifica-se na arte política aquilo que ocorre na arte militar: a guerra de movimento transforma-se cada vez mais em guerra de posição, podendo-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara minuciosa e tecnicamente no tempo de paz. Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as "trincheiras" e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: elas fazem com que seja apenas "parcial" o elemento do movimento que antes constituía "toda" a guerra, etc.

A questão relaciona-se com o Estado moderno, não com os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram formas que nos outros já foram superadas e se tornaram anacrônicas. Também a questão do valor das ideologias (como se depreende da polêmica Malagodi-Croce)[1] — com as observações de Croce sobre o "mito" soreliano, que podem ser contrapostas à "paixão" — deve ser estudada num tratado de ciência política.

Fase econômica corporativa do Estado. *Guicciardini* assinala um passo atrás na ciência política diante de Maquiavel. O maior "pessimismo" de Guicciardini só tem um significado. Guicciardini retorna a um pensamento político puramente italiano, enquanto Maquiavel alcançara um pensamento europeu. Não se compreende Maquiavel se não se leva em conta que ele supera a experiência italiana na experiência européia (internacional, naquela época): a sua "vontade" seria utópica sem a experiência européia. Em virtude disso, a mesma concepção da

1 Ver Croce, *Conversazione critiche*, série IV, Bari, 1932, págs. 143-146. (N. e I.)

"natureza humana" nos dois é diferente. Na "natureza humana" de Maquiavel está incluído o "homem europeu", e este homem, na França e na Espanha, superou fatualmente a fase feudal desagregada na monarquia absoluta: logo, não é a "natureza humana" que se opõe ao surgimento, na Itália, de uma monarquia absoluta unitária, mas condições transitórias que a vontade pode superar. Maquiavel é "pessimista" (ou melhor, "realista") quando considera os homens e as direções de sua atividade; Guicciardini não é pessimista, mas cético e estreito. Paolo Treves[1] comete muitos erros ao analisar Guicciardini e Maquiavel; não distingue bem "política" de "diplomacia", mas exatamente nesta não-distinção reside a causa das suas apreciações erradas. Efetivamente, na política o elemento volitivo tem uma importância muito maior do que na diplomacia. A diplomacia sanciona e tende a conservar as situações criadas pelo choque das políticas estatais; é criadora apenas por metáfora ou por convenção filosófica (toda a atividade humana é criadora). As relações internacionais estabelecem um equilíbrio de forças sobre o qual cada elemento estatal pode influir muito debilmente: Florença podia influir reforçando a si mesma, por exemplo, mas este reforçamento, mesmo que tivesse melhorado a sua posição no equilíbrio italiano e europeu, não poderia ser visto como decisivo para subverter o conjunto do próprio equilíbrio. Por isso o diplomata, por causa do hábito profissional, é levado ao ceticismo e à estreiteza conservadora.

Nas relações internas de um Estado, a situação é incomparavelmente mais favorável à iniciativa central, a uma vontade de comando, da forma como a compreendia Maquiavel. A opinião de De Sanctis sobre Guicciardini é muito mais realista do que Treves julga. Daí a pergunta: por que De Sanctis estava melhor preparado do que Treves para dar esta opinião histórica e cientificamente mais exata? De Sanctis participou de um momento criador da história política italiana, de um momento em que a eficiência da vontade política, empenhada em suscitar forças novas e originais e não só em estribar-se naquelas tradicionais, concebidas como impossíveis de se desenvolverem e reorganizarem (ceticismo político guicciardiniano), mostrara

1 Cf. *Il realismo politico di Francesco Guicciardini*, in *Nuova Rivista Storica*, novembro-dezembro de 1930.

toda a sua potencialidade não só na arte de fundar um Estado a partir de uma ação interna, mas também de dominar as relações internacionais, reformulando os métodos profissionais e costumeiros da diplomacia (com Cavour). A atmosfera cultural era propícia a uma concepção mais compreensivamente realista da ciência e da arte políticas. Mas, mesmo sem esta atmosfera, teria sido impossível a De Sanctis compreender Maquiavel? A atmosfera do momento histórico enriquece os ensaios de De Sanctis de um *pathos* sentimental que torna mais simpático e apaixonante o assunto, mais artisticamente expressiva e cativante a exposição científica, mas o conteúdo lógico da ciência política poderia ser formulado inclusive nos períodos de pior reação. Não é talvez a reação, também ela, um ato construtivo de vontade? E não é ato voluntário a conservação? Por que então seria "utópica" a vontade de Maquiavel, por que revolucionária e não utópica a vontade de quem pretende conservar o existente e impedir o surgimento e a organização de forças novas que perturbariam e subverteriam o equilíbrio tradicional? A ciência política abstrai o elemento "vontade" e não leva em conta o fim ao qual uma vontade determinada é aplicada. O atributo de "utópico" não é próprio da vontade política em geral, mas das vontades particulares que não sabem ligar o meio ao fim e, portanto, não são nem mesmo vontade, mas veleidades, sonhos, desejos, etc.

O ceticismo de Guicciardini (não pessimismo da inteligência, que pode ser unido a um otimismo da vontade nos políticos realistas ativos) tem diversas origens: 1) o hábito diplomático, isto é, de uma atividade subalterna subordinada, executivo-burocrática, que deve aceitar uma vontade estranha (aquela política do próprio governo ou príncipe) às convicções particulares do diplomata (que pode, é verdade, sentir aquela vontade como sua, na medida em que corresponde às suas convicções, mas também pode não senti-la. O fato de a diplomacia ter-se tornado necessàriamente uma profissão especializada, levou a èsta conseqüência: pode afastar o diplomata da política, dos governos mutáveis, etc.), portanto, ceticismo, e, na elaboração científica, preconceitos extracientíficos; 2) as convicções de Guicciardini, que era conservador, no quadro geral da política italiana, e por isto teoriza sobre as suas opiniões, a sua posição política, etc.

Os escritos de Guicciardini são mais um sinal dos tempos do que ciência política, e este é o juízo de De Sanctis; sinal dos tempos, e não ensaio de história da ciência política é o trabalho de Paolo Treves.

Hegemonia (sociedade civil) e divisão dos poderes. A divisão dos poderes, toda a discussão havida para a sua efetivação e o dogmatismo jurídico derivado do seu advento, constituem o resultado da luta entre a sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico, com certo equilíbrio instável entre as classes, determinado pelo fato de que algumas categorias de intelectuais (a serviço direto do Estado, especialmente burocracia civil e militar) ainda estão muito ligadas às velhas classes dominantes. Verifica-se, assim, no interior da sociedade, aquilo que Croce define como o "conflito perpétuo entre Igreja e Estado", no qual a Igreja é tomada como representante da sociedade civil no seu conjunto (enquanto, na realidade, não passa de um elemento gradualmente menos importante) e o Estado como autor de todas as tentativas destinadas a cristalizar permanentemente um determinado estágio de desenvolvimento, uma determinada situação. Neste sentido a própria Igreja pode-se tornar Estado, e o conflito pode manifestar-se entre sociedade civil laica e laicizante e Estado-Igreja (quando a Igreja se tornou uma parte integrante do Estado, da sociedade política monopolizada por um determinado grupo privilegiado que se agrega à Igreja para melhor defender o seu monopólio com o apoio daquela zona da "sociedade civil" que ela representa).

Importância essencial da divisão dos poderes para o liberalismo político e econômico. Toda a ideologia liberal, com as suas forças e as suas fraquezas, pode ser enfeixada no princípio da divisão dos poderes, o que revela a fonte da debilidade do liberalismo: a burocracia, a cristalização do pessoal dirigente, que exerce o poder coercitivo e que, num determinado ponto, se transforma em casta. Daí a reivindicação popular da elegibilidade para todos os cargos, reivindicação que é, simultaneamente, o liberalismo extremo e a sua dissolução (princípio da Constituinte permanente, etc.; nas repúblicas, a eleição temporária do chefe do Estado dá uma satisfação ilusória a esta reivindicação popular elementar).

Unidade do Estado na distinção dos poderes: o Parlamento mais ligado à sociedade civil, o Poder Judiciário *entre* governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o governo). Naturalmente os três poderes são também órgão da hegemonia política, mas em diversa medida: 1) Parlamento; 2) magistratura; 3) governo. Deve-se notar como impressiona mal ao público as incorreções da administração da justiça: o aparelho *hegemônico* é mais sensível neste setor, ao qual podem-se reduzir também os arbítrios da polícia e da administração pública.

Concepção do direito. Uma concepção do direito essencialmente renovadora não pode ser encontrada, integralmente, em nenhuma doutrina preexistente (nem *mesmo na* doutrina da chamada escola positiva, e particularmente na doutrina de Ferri). Se cada Estado tende a criar e a manter certo *tipo de civilização* e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim (ao lado da escola e de *outras instituições* e *atividades*) e deve ser elaborado de modo que esteja conforme ao fim e seja eficaz ao máximo e criador de resultados positivos.

A concepção do direito deverá ser libertada de *todo* resíduo de transcendência e de absoluto; embora a mim pareça que não se pode partir do ponto de vista de que o Estado não "pune" (reduzindo-se este termo ao seu significado humano), mas luta apenas contra a "periculosidade" social. Na *realidade*, o Estado deve ser concebido como "educador", desde que tende a criar um novo tipo ou nível de civilização. *Em* virtude do fato de que se atua essencialmente sobre as forças econômicas, reorganiza-se e desenvolve-se o aparelho de produção econômica, inova-se a estrutura, não se deve concluir que os elementos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, inclusive neste campo, é *um* instrumento de "racionalização", de aceleração e de taylorização, atua segundo um plano, pressiona, *incita, solicita* e "pune", pois, criadas as condições em que um determinado modo de vida é "possível", a "ação ou omissão *criminosa*" devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e *não apenas um* juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de tôda a atividade *positiva* de civilização desenvolvida pelo Estado. Deveriam ser incorporadas na concepção do direito inclusive as atividades "premiadoras" de indivíduos, de grupos, etc.; premia-se a atividade louvável e meritória como se pune a atividade *criminosa* (e pune-se de modo original, permitindo a intervenção da "opinião pública" como sancionadora).

Política e direito constitucional. A *Nuova Antologia*, de 16 de dezembro de 1929, publica uma resenha de *um certo* M. Azzalini, *La politica, scienza ed arte di Stato*, que pode ser interessante como apresentação dos *elementos em que se de*bate o esquematismo científico.

Azzalini começa afirm*ando que foi glória* "fulgidíssima" de Maquiavel "ter ele circunscrito ao Estado o âmbito da política". Não é fácil compreender o que o Sr. Azzalini quis dizer. Ele transcreve o seguinte período do cap. III do *Príncipe*: "Dizendo-me o cardeal de Ro*ano que* os italianos não entendiam da guerra, respondi que os franceses não entendiam do Estado", e sobre esta *única* citação baseia a afirmação de que, "portanto", para Maquiavel, "a política devia ser entendida como ciência, e como ciência de Estado, e que foi sua glória, etc. (o termo "ciência de Estado" para "política" teria sido adotado, no seu correto significado moderno, antes de Maquiavel, só por Marsilio da Padova). Azzalini é bastante leviano e superficial. A anedota do Cardeal de Roano, isolada no texto, não significa nada. No contexto, assume um significado que não se presta a deduções científicas: trata-se, evidentemente, de uma frase de espírito, de uma réplica imediata. O Cardeal de Roano afirmara que os italianos não entendem de guerra; replicando, Maquiavel responde que os franceses *não entendem* do Estado, de outro modo não teriam permitido ao Papa ampliar o seu poder na Itália, o que era contra os interêsses do Estado francês. Maquiavel, de modo algum, pensava que os franceses não entendessem do Estado, inclusive ele *admirava* o modo pelo qual a monarquia (Luís XI) realizara a unidade estatal da França e *fazia* das ações da França, no terreno do Estado, um exemplo para a Itália. Naquele seu diálogo com o Cardeal de

Roano, ele fez "política" prática, e não "ciência política"; pois, segundo ele, se o reforçamento do Papa era prejudicial à política francesa, era mais prejudicial ainda em relação à política interna italiana.

O curioso é que, partindo de tão infeliz citação, Azzalini afirme que "mesmo enunciando-se que aquela ciência estuda o Estado, dá-se uma definição (!?) inteiramente imprecisa (!) porque não se indica com que critério se deve observar o objeto da pesquisa. E a imprecisão é absoluta, dado que todas as ciências jurídicas em geral, e o direito público em particular, referem-se indiretamente e diretamente àquele elemento".

O que quer dizer tudo isto, em relação a Maquiavel? Nada de nada: confusão mental. Maquiavel escreveu livros de "ação política imediata", não escreveu uma utopia em que um Estado já constituído, com todas as suas funções e os seus elementos constitutivos, fosse almejado. No seu trabalho, na sua crítica do presente, ele exprimiu conceitos gerais, que, portanto, se apresentam sob forma aforística, e não sistemática, e exprimiu uma concepção do mundo original que também poderia ser definida como "filosofia da praxis" ou "neo-humanismo" na medida em que não reconhece elementos transcendentes ou imanentes (em sentido metafísico), mas baseia-se inteiramente na ação concreta do homem que, pelas suas necessidades históricas, atua e transforma a realidade. Não é verdade, como parece acreditar Azzalini, que Maquiavel não tenha levado em conta o "direito constitucional". Em toda a obra de Maquiavel encontram-se esparsos princípios gerais de direito constitucional, e ele afirma, com bastante clareza, a necessidade de que no Estado domine a lei, princípios fixos segundo os quais os cidadãos virtuosos possam atuar seguros de que não cairão sob os golpes do arbítrio. Mas, justamente, Maquiavel reconduz tudo à política, isto é, à arte de governar os homens, de procurar o seu consentimento permanente, de fundar, portanto, os "grandes Estados" (deve-se recordar que Maquiavel sentia que Estado não era a Comuna ou a República e a Possessão Comunal, porque lhes faltava, além de um vasto território, uma população capaz de ser a base de uma força militar que permitisse uma política internacional autônoma: ele sentia que na Itália, com o Papado, perdurava uma situação de não-Estado e que ela perduraria enquanto a religião não se tornasse "política" do Estado e deixasse de ser política do Papa para impedir a for-

mação de Estados fortes na Itália, intervindo na vida interna dos povos por ele não dominados temporalmente, em defesa de interesses que não eram os dos Estados e que por isso eram perturbadores e desagregadores).

Pode-se encontrar em Maquiavel a confirmação de tudo o que notei em outras partes: que a burguesia italiana medieval não soube sair da fase corporativa para ingressar na fase política por não ter sabido libertar-se completamente da concepção medieval cosmopolita representada pelo Papa, o clero e, inclusive, os intelectuais leigos (humanistas), isto é, não soube criar um Estado autônomo, permanecendo na moldura medieval, feudal e cosmopolita.

Azzalini acentua que "basta" apenas a definição de Ulpiano e, melhor ainda, os seus exemplos, publicados no *Digesto*, para ressaltar a identidade extrínseca (e então?) do objeto das duas ciências. "*Ius publicum ad statutum rei (publicae) romanae spectat. — Publicum ius, in sacris, in sacerdotibus, in magistratibus consistit.*" "Verifica-se, portanto, uma identidade de objeto no direito público e na ciência política, mas não substancial, porque os critérios com os quais uma e outra ciência relacionam a mesma matéria são inteiramente diversos. Efetivamente, diversas são as esferas da ordem jurídica e da ordem política. Na realidade, enquanto a primeira observa o organismo público, de um ponto de vista estático, como o produto natural de uma determinada evolução histórica, a segunda observa o mesmo organismo, de um ponto de vista dinâmico, como um produto que pode ser avaliado nas suas qualidades e nos seus defeitos e que, conseqüentemente, deve ser modificado de acordo com as novas exigências e as ulteriores evoluções". Logo, pode-se-ia dizer que "a ordem jurídica é ontológica e analítica, pois estuda e analisa os diversos institutos públicos no seu ser real", enquanto a "ordem política é deontológica e crítica, porque estuda os vários institutos não como são, mas como deveriam ser, isto é, com critérios de avaliação e julgamentos de oportunidades que não são nem podem ser jurídicos".

E tal sabichão pensa que é um admirador de Maquiavel, um seu discípulo e, o que é mais, um aperfeiçoador!

"Daí se deduz que à identidade formal acima descrita opõe-se uma substancial diversidade tão profunda e notável de modo a não permitir, talvez, a opinião expressa de um dos maiores

publicistas contemporâneos, que considerava difícil, se não impossível, criar uma ciência política completamente diferente do direito constitucional. Parece-nos que este raciocínio só é verdadeiro se a análise do aspecto jurídico e do aspecto político se detém neste ponto; não o será se for além, especificando aquêle campo ulterior que é de competência exclusiva da ciência política. Esta, efetivamente, não se limita a estudar a organização do Estado com um critério deontológico e crítico, e por isso diferente daquele usado para o mesmo objeto pelo direito público, mas amplia a sua esfera a um campo que lhe é próprio, definindo as leis que regulam o surgimento, a consolidação e o declínio dos Estados. Nem é válido afirmar que este é um estudo da História (entendida no seu significado geral (!), porque mesmo admitindo que a pesquisa das causas, dos efeitos, dos vínculos mútuos de independência das leis naturais que governam o ser e o existir dos Estados seja investigação histórica, permanecerá sempre no âmbito exclusivamente político, portanto nem histórico nem jurídico, a pesquisa dos meios idôneos capazes de presidir, na prática, à orientação geral política. A função que Maquiavel se propunha realizar e sintetizava dizendo: Provarei como estes principados podem ser governados e mantidos (*Príncipe*, cap. II), é de tal ordem pela sua importância intrínseca e como argumento, que não só legitima a autonomia da política, mas permite, pelo menos sob o aspecto anteriormente delineado, uma distinção inclusive formal entre a política e o direito público."

Eis o que Azzalini entende por *autonomia* da política!

Mas — afirma o autor — além de uma ciência, existe uma arte política. "Existem homens que apreendem ou apreenderam da intuição pessoal a visão das necessidades e dos interesses do país governado, que na sua obra de governo aplicaram no mundo externo a visão, a intuição pessoal. Não queremos dizer com isto, é claro, que a atividade intuitiva, e por isso artística, é a única e predominante no estadista; queremos apenas dizer que nele, ao lado das atividades práticas, econômicas e morais, deve subsistir também aquela atividade teórica acima indicada, tanto sob o aspecto subjetivo da intuição como sob o aspecto objetivo (!) da expressão, e que, na ausência desses requisitos, não pode existir o governante e muito menos (!) o estadista, cujo fastígio se caracteriza exatamente por aquela faculdade inata (?). Logo, também no campo político, além do cientista,

no qual predomina a atividade teórica cognoscitiva, existe o artista, no qual predomina a atividade teórica intuitiva. Isto não exaure inteiramente a esfera de ação da arte política que, além de ser observada através do estadista que, na prática das funções do govêrno, exterioriza a representação interna do intuito, pode ser avaliada através do escritor, que realiza no mundo externo (!) a verdade intuída não praticando atos de poder, mas criando obras e escritos que traduzem o intuito do autor. É o caso do indiano Kamandaki (século III D.C.), de Petrarca no *Trattatello pei Carraresi*, de Botero na *Ragion di Stato* e, sob certos aspectos, de Maquiavel e de Mazzini." Azzalini não sabe orientar-se nem na filosofia, nem na ciência da política. Mas procurei utilizar-me de todas estas notas para tentar desembaraçar o novelo e ver se chego a conceitos claros por minha conta. Deve-se esclarecer, por exemplo, o que pode significar "intuição" na política e a expressão "arte" política, etc. Recordar, ao mesmo tempo, alguns pontos de Bergson: "A inteligência só nos oferece uma tradução da vida (a realidade em movimento) em têrmos da inércia. Ela gira em torno de tudo, apanhando de fora o maior número possível de visões do objeto que aproxima de si, em vez de penetrar nele. Mas é a intuição que nos levará ao interior da vida: pretendo dizer o instinto que se tornou desinteressado." "O nosso olho percebe os traços do ser vivo, mas aproximados um do outro, não organizados entre si. A intenção da vida, o movimento simples que corre através das linhas, que liga uma a outra e dá-lhes um significado, escapa a ele, e é esta intenção que o artista tende a apanhar, colocando-se no interior do objeto com uma espécie de simpatia, superando através de um esforço de intuição a barreira que o espaço coloca entre êle e o modelo. Mas, na verdade, a intuição estética só abrange o individual." "A inteligência é caracterizada por uma incompreensão natural da vida, já que ela representa claramente apenas o descontínuo e a imobilidade."[1]

Portanto, separação da intuição política da intuição estética ou lírica, ou artística: só por metáfora fala-se de arte política. A intuição política não se exprime no artista, mas no "chefe", e por "intuição" deve-se entender não o "conhecimento dos individuais", mas a rapidez em ligar fatos aparentemente

[1] BERGSON, *L'évolution créatrice*, Paris, 1907, *passim*. (N. e. I.)

estranhos entre si e em conceber os meios adequados ao fim para situar os interêsses em jôgo, suscitar as paixões dos homens e orientá-los para uma determinada ação. A "expressão" do "chefe" é a "ação" (em sentido positivo ou negativo, desencadear uma ação, ou impedir que se verifique uma determinada ação, conveniente ou inconveniente ao fim que se quer alcançar). Além do mais, em política o "chefe" pode ser um indivíduo, mas também um corpo político mais ou menos numeroso: neste último caso a unidade de intenções será sintetizada num indivíduo ou num pequeno grupo interno, e no pequeno grupo num indivíduo que pode mudar, permanecendo o grupo unido e coerente no prosseguimento da sua obra.

Para se traduzir em linguagem política moderna a noção de "príncipe", da forma como ela se apresenta no livro de Maquiavel, seria necessário fazer uma série de distinções: "Príncipe" poderia ser um chefe de Estado, um chefe de govêrno, mas também um líder político que pretende conquistar um Estado ou fundar um novo tipo de Estado; neste sentido, em linguagem moderna, a tradução de "Príncipe" poderia ser "partido político". Na realidade de todos os Estados, o "chefe do Estado", isto é, o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta contra o interesse predominante, mas não exclusivo num sentido absoluto, é exatamente o "partido político": ele, porém, ao contrário do que se verifica no direito constitucional tradicional, nem reina nem governa juridicamente: tem "o poder de fato", exerce a função hegemônica e, portanto, equilibradora de interesses diversos, na "sociedade civil"; mas de tal modo esta se entrelaça de fato com a sociedade política, que todos os cidadãos sentem que êle reina e governa. Sôbre esta realidade, que se movimenta continuamente, não se pode criar um direito constitucional do tipo tradicional, mas só um sistema de princípios que afirma como objetivo do Estado o seu próprio fim, o seu desaparecimento, a reabsorção da sociedade política pela sociedade civil.

2

Roberto Michels e os Partidos Políticos

Le parti *politique* — escreve Michels — *ne saurait être etymologiquement et logiquement qu'une partie de l'ensemble des citoyens, organisée sur le terrain de la politique. Le parti n'est donc qu'une fraction, pars 'pro toto'*".[1] Segundo Max Weber,[2] ele se origina de duas espécies de causas: seria especialmente uma associação espontânea de propaganda e de agitação, que tende ao poder para permitir, assim, aos seus adeptos ativos (militantes) possibilidades morais e materiais para alcançar metas objetivas ou vantagens pessoais ou, ainda, as duas coisas juntas. A orien-

[1] R. Michels, *Les partis politiques et la contrainte sociale*, *Mercure de France*, 1.º de maio de 1928, págs. 513-535.
[2] *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der Sozialökonomik*, III, 2.ª ed., Tubingen, 1925, págs. 167, 169.